

# CONVERGÊNCIA



- O que o concílio vaticano II tem a dizer hoje à vida religiosa? Desafios sócio-pastorais
- “Pura e perene fonte da vida espiritual” – A Palavra de Deus como alimento da nossa vida no Espírito a partir da Dei Verbum
- Gaudium et Spes: à origem da renovada missão da igreja
- O Desafio das mediações
- Índice alfabético por autor – Convergência, Ano de 2005



CRB

# Sumario

EDITORIAL .....	577
PALAVRA DO PAPA .....	581
INFORME CRB .....	583
ARTIGOS .....	588
O que o concílio vaticano II tem a dizer hoje à vida religiosa? Desafios sócio-pastorais .....	588
Pe. MARTINHO LENZ, SJ	
“Pura e perene fonte da vida espiritual” – A Palavra de Deus como alimento da nossa vida no Espírito a partir da Dei Verbum .....	599
Pe. CLAUDIO PAUL, SJ	
Gaudium et Spes: à origem da renovada missão da Igreja .....	617
Pe. BERNARD LESTIENNE, SJ	
O desafio das mediações .....	628
FRANCISCO IVERN, SJ	
Índice alfabético por autor – Convergência, Ano de 2005 .....	635

*A ilustração da capa da Convergência de 2005, do artista Anderson S. Pereira, MSC – Rio de Janeiro/RJ, apresenta elementos simbólicos estilizados: a tenda, símbolo de desinstalação, de busca do essencial; a mão, sinal da presença aconchegante de Deus; a lâmpada, evocação da luz do Espírito; o caminho, sinal de itinerância do povo de Deus. Tudo converge para o horizonte do futuro, para o Sol da Vida, sob o signo da Cruz do Ressuscitado.  
O projeto gráfico da capa foi elaborado pelo designer Lutz Henrique Sales – Rio de Janeiro/RJ.*



## CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB

ISSN 0010-8162

### DIRETORA RESPONSÁVEL:

Ir. Maris Bolzan, SDS

### REDATOR RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB  
(Reg. 12679/78)

### EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

### Conselho Editorial:

Ir. Aíla Luzia Pinheiro de Andrade, NJ

Pe. Francisco Taborça, SJ

Pe. Jaldemir Vitório, SJ

Pe. Cleto Caliman, SDB

### DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar  
CEP 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2240-7299

Fax (21) 2240-4486

E-mail: [crb@crbnacional.org.br](mailto:crb@crbnacional.org.br)

### PROJETO GRÁFICO E PRODUÇÃO:

LetraCapital Editora

Av. Rio Branco 257 - Salas 401/402  
CEP 20040-009 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2215-3781

Fax (21) 2224-7071

E-mail: [letracapital@letracapital.com.br](mailto:letracapital@letracapital.com.br)

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do PDF sob o nº P. 209/73

*Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.*

Assinatura

Brasil: R\$ 80,00

Anual

Exterior: US\$ 80,00 ou o correspondente em R\$ (Reais)

para 2005

Números avulsos: R\$ 8,00 ou US\$ 8.00

# Editorial



- CRB -

- BIBLIOTECA -

R. Alcindo Guanabara, 24/4º - Cinelândia  
Cep 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ

01 FEV 2006

## O Vaticano II quarenta anos depois

IR. MARIA CARMELITA DE FREITAS, FI

O Concílio Ecumênico Vaticano II foi sem dúvida o grande evento eclesial do século XX. Sua celebração, anunciada ao mundo pelo Papa João XXIII em janeiro de 1959 e acontecida nos outonos romanos de 1962 a 1965, constituiu um tempo singular de graça – um *kairós* – para a Igreja católica e para toda a humanidade.

Hoje, quando se completam quarenta anos do seu término, é justo que nos perguntemos, como Comunidade Eclesial, por aquilo que o Vaticano II foi, pelas mudanças que provocou, pelo que construiu e, sobretudo, por aquilo que ele continua significando em termos de dinamismo e de transformação na Igreja e na sua relação com o mundo. Nessa direção, muitos *balanços provisórios* foram feitos ao longo deste ano de 2005, através de eventos comemorativos, de debates e publicações. Essas iniciativas colocaram em evidência, uma vez mais, seja a magnitude da obra realizada pelo Concílio, seja os limites que lhe foram impostos pelas condições da época e da situação intra-eclesial. E, sobretudo, chamaram a atenção para um fato incon-

testável: o legado do Concílio continua a desafiar a comunidade eclesial na sua busca de autenticidade evangélica e de fidelidade a Jesus Cristo, em meio aos graves problemas que afetam a humanidade hoje.

Com a sua intenção primordial, expressa de forma lapidar por João XXIII no memorável discurso inaugural, com os Documentos que produziu e os gestos que colocou, o Concílio pretendeu alcançar a totalidade da existência cristã e impregná-la de uma nova mentalidade, mais fiel à grande Tradição e mais aberta às mudadas circunstâncias do mundo moderno: *“É necessário – afirmou então o Papa, – que a Igreja não se aparte do Patrimônio sagrado da verdade, recebido dos seus maiores, e é igualmente necessário que ela olhe para o presente, para as novas condições e formas de vida introduzidas no mundo hodierno”*.

Alcançar a difícil meta de articular os dois pólos, o da *Grande Tradição* e o do *aggiornamento*, o das *Fontes* e o do *Hoje* constitui, por assim dizer, a *quinta essência* do Concílio, o espírito que perpassa transversalmente tudo aquilo que ele foi e fez. Essa

*intencionalidade pastoral* do concílio aparece já nitidamente na bula *Humanae Salutis*, de convocação do Concílio, de 25 de dezembro de 1961, na qual assim se expressa João XXIII: "Fazendo nosso o apelo de Jesus pedindo que se esteja atento aos *sinais dos tempos* - Mt 16,4 - parece-nos perceber, no meio de tantas trevas, indícios numerosos que levam a augurar futuro à Igreja e à humanidade". Da mesma maneira, na sua radiomensagem de 11 de setembro de 1962, a um mês, portanto, da inauguração do evento conciliar, o Papa anunciava como *punctum saliens* do concílio a preocupação pastoral. Essa mesma preocupação pastoral vem expressa de forma enfática no programático discurso de abertura, no qual o Papa insiste em que não se trata de repetir e proclamar o já conhecido, mas de um progresso no aprofundamento doutrinal e na formação das consciências, que permita articular fidelidade à doutrina autêntica e indagação e formulação literária do pensamento moderno.

É nessa perspectiva do *espírito do concílio* que se tem a adequada compreensão do documento que o Vaticano II dedicou à Vida Religiosa, o Decreto *Perfectae Caritatis*. O objetivo principal deste breve documento, como se sabe, é convidar a Vida Religiosa a se adaptar às mudadas circunstâncias dos tempos. Os critérios que o Concílio estabeleceu para esta adaptação constituíram-se num valioso referencial para desencadear o extraordinário processo de renovação da Vida Religiosa, que levou a atitudes corajosas de escuta dos *sinais dos tempos* e de *aggiornamento*, e que continua, ainda hoje, a desafiar criativamente a Vida Religiosa.

Convergência deste mês de dezembro oferece aos leitores vários artigos sobre temas do Vaticano II, que objetivam não só

*fazer memória* do Concílio, senão também revitalizar nosso compromisso de fazer acontecer, no hoje da história, a renovação preconizada e dinamizada pelo grande evento eclesial do século XX.

Martinho Lenz, no seu artigo - "O que o Concílio Vaticano II tem a dizer hoje à Vida Religiosa? Desafios sócio-pastorais" - fala das principais intuições sócio-pastorais do Concílio e de sua incidência na Vida Religiosa. Nessa perspectiva, focaliza três grandes questões: - novo modo de a Igreja relacionar-se com o mundo; - novo clima intra-eclesial; - visão conciliar das realidades sócio-pastorais. Para o autor, o clima de diálogo com o mundo e o novo espírito intra-eclesial orientaram a renovação da Igreja no modo de ser e de propor sua doutrina. Deu-se uma profunda mudança na auto-compreensão da Igreja, cujas coordenadas mais marcantes são: - de uma Igreja-instituição a uma Igreja-comunidade inserida no mundo, a serviço do Reino; - de uma Igreja-poder a uma Igreja pobre, despojada, peregrina; de uma Igreja piramidal a uma Igreja-povo; de uma Igreja de cristandade a uma Igreja-missão. O autor focaliza também a importante questão da recepção e das atualizações do Concílio. Na parte final do texto, trata do testemunho profético da Vida Religiosa hoje, diante dos grandes desafios no campo social e das perspectivas abertas pelo Vaticano II. Entre esses desafios, destaca: o apego doentio aos bens materiais, que gera consumismo e concentração da propriedade e da renda; o hedonismo e as falsas concepções de liberdade. Nesse contexto, diz o autor, "o testemunho social dos conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência é particularmente eficaz por causa da sua dimen-

são comunitária e pública". O artigo é provocador, capaz de suscitar nas comunidades uma fecunda releitura da doutrina conciliar, na perspectiva do compromisso social da Igreja e da Vida Religiosa.

"*Gaudium et Spes*: à origem da renovação da missão da Igreja" – de Bernard Lestienne – é um texto de especial relevância na atual conjuntura social e eclesial. Nele o autor faz uma releitura da *Gaudium et Spes*, destacando a magnitude do documento e o impacto que teve na compreensão e missão da Igreja. O autor lembra que "a Constituição pastoral foi amplamente celebrada no dia da sua promulgação, na véspera da clausura do Concílio. Mas seu relevo foi, então, em parte absorvido pela grandeza do conjunto do Concílio. Ninguém naquele tempo podia imaginar a profundidade e amplitude do renascer que este documento ia engendrar. É ao longo dos anos, através do diálogo com o mundo e da opção pelos pobres, que aparece cada vez mais a ruptura inovadora instaurada por GS". O artigo focaliza em primeiro lugar a radical novidade da *Gaudium et Spes*, em relação com a auto-compreensão da Igreja no século XIX e começo do século XX. Através de uma breve e esclarecedora incursão nos documentos de caráter social do Magistério da época, mostra em que consistiu essa novidade, ou seja, a superação de um modelo de Igreja auto-centrada, numa visão de Igreja dialógica, atenta aos grandes problemas e esperanças do homem moderno. Focaliza depois os eixos principais do documento, lembrando com muita pertinência que, "inspirada desde a realidade do primeiro mundo, em particular desde a Europa, a GS representa mais uma abertura aos temas do diálogo e dos direitos hu-

manos do que aos da justiça e da igualdade". O autor dedica ainda uma parte do artigo a tratar o alcance desse documento conciliar na América Latina e no Brasil, fazendo ver como "a abertura da *Gaudium et Spes* ao diálogo e aos direitos humanos se traduziu na América Latina em opções em favor dos pobres e da vida". Conclui insistindo na necessidade de manter viva a esperança e chamando a atenção para temas específicos de hoje que permitiriam re-escrever com perspectiva de futuro a *Gaudium et Spes*.

O artigo – "Pura e perene fonte de vida espiritual" – do teólogo biblista Cláudio Paul é um excelente texto sobre a centralidade da Palavra de Deus na vida cristã. O autor começa o artigo colocando algumas perguntas fundamentais: – qual o papel e a importância da Escritura na vida de mulheres e homens consagrados pelos votos religiosos? Como a Escritura se torna alimento para a nossa vida no Espírito? Num primeiro momento, faz uma esclarecedora leitura do documento conciliar *Dei Verbum*, apresentando a história do texto em breves mas densas considerações, e lembrando que a discussão suscitada pela elaboração desse texto conciliar toca pontos centrais para a fé e a vida cristã. Tece também comentários sobre a estrutura e o conteúdo do documento, as suas características inovadoras e as principais iniciativas de renovação por ele suscitadas. Para o autor, o documento revolucionou o modo como a Igreja vinha relacionando-se com a Sagrada Escritura. Na parte mais central do artigo, o autor desenvolve alguns aspectos fundamentais para a compreensão de Revelação, Escritura, Tradição e Magistério, a partir do Concílio, e mostra como essa

compreensão afeta, orienta e ilumina a nossa relação com a Palavra de Deus. O autor conclui afirmando: “É claro que nem tudo pôde ser dito pela *Dei Verbum*. Há aspectos do contato com a Escritura muito importantes para a vida consagrada no Brasil que não foram diretamente tratados pelo Documento. Recordemos a importância da leitura do texto Bíblico na ótica dos pobres e excluídos, ou na ótica da mulher. Ou ainda, o reconhecimento da legitimidade de um terceiro sujeito (além da hierarquia e dos exegetas) na interpretação das Escrituras: os fiéis leigos reunidos em comunidade. São os limites de qualquer texto que leva as marcas do contexto histórico de sua composição. Esses aspectos hoje valorizados, contudo, têm suas raízes na renovação impulsionada pela *Dei Verbum*. Sem ela, muito do que hoje se faz no campo bíblico no Brasil, provavelmente, não teria acontecido”. O texto está escrito com profunda sensibilidade humano-espiritual e notória competência doutrinal. É bem documentado e particularmente inspirador. Merece ser objeto de *leitura orante*, de aprofundamento e partilha nas comunidades.

Francisco Ivern no seu texto – “O desafio das mediações” – desenvolve uma reflexão sugestiva e oportuna sobre a temática das mediações na vida cristã e,

particularmente, na vida de Religiosos e Religiosas. Partindo da distinção entre virtudes ditas *redentivas* e virtudes *criativas*, o autor insiste no importante papel das virtudes *criativas* no desempenho da missão da Igreja e da Vida Religiosa. Tece interessantes considerações sobre o que se costuma designar como *divinas mediações*, através das quais Deus se comunica às pessoas na sua interioridade, e sobre as *mediações humanas e seculares*, pelas quais Deus se manifesta e faz conhecer seus desígnio no cotidiano das pessoas e nas vicissitudes da história. O núcleo central do artigo versa precisamente sobre a necessidade de saber utilizar as mediações humanas e seculares no desempenho da missão, em meio aos grandes desafios da sociedade atual. Nessa perspectiva, lembra a importância da colaboração dos leigos na complexa obra evangelizadora e adverte: “Não se trata, porém, só de empregar os serviços dos leigos simplesmente para resolver problemas técnicos concretos de ordem jurídica, administrativa ou financeira. Trata-se, antes, de estabelecer com esse mundo laical das mediações que chamamos *seculares*, uma relação mais estável e permanente de mútua colaboração, intercâmbio e ajuda”. Na parte final do artigo, o autor apresenta alguns exemplos de utilização das mediações seculares nas obras e atividades da Igreja e da Vida Religiosa.



# Palavra do Papa

## Mensagem do Papa Bento XVI para o 92º dia mundial do migrante e do refugiado “Migrações: sinal dos tempos”

*Queridos irmãos e irmãs!*

Há quarenta anos concluiu-se o Concílio Ecumênico Vaticano II, cujo rico ensinamento abraça muitos campos da vida eclesial. Em particular, a Constituição pastoral *Gaudium et spes* desenvolveu uma análise atenta sobre a complexa realidade do mundo contemporâneo, procurando os caminhos oportunos para levar aos homens de hoje a mensagem evangélica. Para esta finalidade, aceitando o convite do beato João XXIII, os Padres conciliares comprometeram-se a perscrutar os sinais dos tempos interpretando-os à luz do Evangelho, para oferecer às novas gerações a possibilidade de responder de maneira adequada aos interrogativos perenes acerca do sentido da vida presente e futura e da justa orientação dos relacionamentos sociais (cf. *Gaudium et spes*, 4). Entre os sinais dos tempos hoje reconhecíveis devem certamente incluir-se as migrações, um fenômeno que assumiu no decurso do século que há pouco se concluiu uma configuração, por assim dizer, estrutural, tornando-se uma característica importante do mercado do trabalho a nível mundial, como consequência,

entre outras coisas, do poderoso estímulo exercido pela globalização.

Naturalmente, neste “sinal dos tempos” confluem diferentes componentes. De fato, ele inclui as migrações quer internas quer internacionais, as forçadas e as voluntárias, as legais e as irregulares, sujeitas também à chaga do tráfico de seres humanos. Também não pode ser esquecida a categoria dos estudantes estrangeiros, cujo número aumenta todos os anos no mundo.

Em relação aos que emigram por motivos econômicos, merece ser realçado o recente fato da “feminização” do fenômeno, isto é, da crescente presença nele do componente feminino. De fato, no passado, eram sobretudo os homens que emigravam, mesmo se as mulheres nunca faltaram; contudo elas movem-se principalmente para acompanhar os respectivos maridos ou pais ou para se reunir onde eles já se encontram. Hoje, mesmo sendo numerosas as situações desse gênero, a emigração feminina tende para se tornar cada vez mais autônoma: a mulher atravessa sozinha as fronteiras da pátria, à procura de um emprego no País de

destino. Aliás, não raramente a mulher migrante tornou-se a fonte principal de rendimento para a própria família. A presença feminina registra-se, de fato, prevalentemente nos setores que oferecem baixos salários. Portanto, se os trabalhadores migrantes são particularmente vulneráveis, entre eles as mulheres são-no ainda mais.

Os âmbitos de emprego mais frequentes, para as mulheres, são constituídos, além do trabalho doméstico, pela assistência aos idosos, pelo cuidado das pessoas doentes, pelos serviços relacionados com o âmbito hoteleiro. Eles constituem igual número de campos nos quais os cristãos estão chamados a dar provas do seu compromisso para o justo tratamento da mulher migrante, pelo respeito da sua feminilidade e reconhecimento dos seus direitos iguais.

É imperativo mencionar, neste contexto, o tráfico de seres humanos e sobretudo de mulheres que prospera onde as oportunidades de melhorar a própria condição de vida, ou simplesmente de sobreviver, são escassas. Torna-se fácil para o traficante oferecer os próprios "serviços" às vítimas, que muitas vezes não suspeitam minimamente o que deverão enfrentar. Em alguns casos, há mulheres e jovens que são destinadas à exploração no trabalho, quase como escravas, e não raramente também na indústria do sexo. Mesmo não podendo aprofundar aqui a análise das conseqüências de tal migração, faço minha a condenação já expressa por João Paulo II contra "a difundida cultura hedonista e mercantil que promove a exploração sistemática da sexualidade" (*Carta às mulheres*, 29 de junho de 1995, n. 5). Existe um inteiro programa de redenção e de libertação, ao qual os cristãos não se podem subtrair.

No que se refere à outra categoria de

migrantes, a dos que pedem asilo e dos refugiados, gostaria de realçar como em geral nos detemos sobre o problema constituído pela sua entrada e não nos interrogamos também sobre as razões da sua fuga do País de origem. A Igreja olha para todo este mundo de sofrimento e de violência com os olhos de Jesus, que se comovia diante do espetáculo das multidões errantes como ovelhas sem pastor (cf. *Mt 9,36*). Esperança, coragem, amor e também "fantasia da caridade" (*Carta apost. Novo millennio ineunte*, 50) devem inspirar o compromisso necessário, humano e cristão, em socorro destes irmãos e irmãs nos seus sofrimentos. As suas Igrejas de origem não deixarão de mostrar a sua solicitude com o envio de assistentes da mesma língua e cultura, em diálogo de caridade com as Igrejas particulares de acolhimento. À luz dos "sinais dos tempos" de hoje, merece por fim uma atenção particular o fenômeno dos estudantes estrangeiros. O seu número, graças também aos "intercâmbios" entre as várias universidades, especialmente na Europa, registra um crescimento constante, com conseqüentes problemas também pastorais que a Igreja não pode deixar de atender. Isto é válido de modo especial para os estudantes provenientes dos Países em vias de desenvolvimento, para os quais a experiência universitária pode constituir uma ocasião extraordinária de enriquecimento espiritual.

Ao invocar a assistência divina sobre quantos, movidos pelo desejo de contribuir para a promoção de um futuro de justiça e de paz no mundo, empregam as suas energias no campo da pastoral ao serviço da mobilidade humana, a todos envio, como penhor de afeto, uma especial Bênção Apostólica.

Vaticano, 18 de outubro de 2005.



# 1. Documento final: Assembléia avança na construção de um projeto popular

Carta Da Assembléia Popular – Mutirão Por Um Novo Brasil

*“A emancipação dos oprimidos será obra deles mesmos.” (Karl Marx)*

Companheiras e Companheiros, Irmãs e Irmãos do Brasil, na condição de cidadãs e cidadãos, somos sujeitos de direitos iguais e habitantes de um dos territórios mais ricos em sua diversidade étnica, de regiões, clima, vegetação, fauna, solos, rios, litórais. Ricos em história, culturas, tradições, costumes, valores e espiritualidades. Vimos de diferentes biomas (regiões socio-culturais /socioambientais) e queremos que o Brasil seja uma unidade da riqueza de toda esta diversidade, em favor de uma vida com dignidade para e com todas as pessoas e todos os seres vivos.

É inaceitável que nossas regiões estejam ameaçadas de destruição, em nome do “progresso” capitalista e do apelo consumista do mercado, que só visa o lucro imediato e a acumulação de riquezas, mercantilizando a vida e, em particular, o corpo das mulheres. Explora o trabalho humano e ignora o equilíbrio da vida e da natureza. Os povos da Caatinga, da Amazônia, do

Pantanal, do Cerrado, do Pampa, da Mata Atlântica – e sendo parte dela ou seus vizinhos, os povos da longa costa marítima e a região da Floresta de Pinhais –, os povos indígenas de todas essas regiões se sentem ameaçados pelo avanço do agronegócio e de projetos que não levam em conta as potencialidades e limites de cada bioma e não se interessam pelo destino de seus povos. Um exemplo disso é o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.

A quem serve esse tipo de “progresso”, irresponsável, em nosso país e no mundo?

O cenário mundial revela que, apesar dos avanços tecnológicos, se aprofundam as desigualdades sociais. O “progresso” não serve à maioria da população. Cresce o número de pobres e agrava – se sua situação de vida, excluídos de oportunidade, enquanto uma minoria de banqueiros, especuladores e grandes empresários acumula privilégios, concentra fortunas e comanda o mercado financeiro, o principal responsável pelas nefastas políticas neoliberais.

A situação brasileira não é diferente. Um

por cento da população controla e dispõe de 13% da renda nacional – a mesma quantidade com que sobrevive a metade de toda a população! Um por cento dos proprietários rurais concentra mais de 46% das terras agricultáveis. Nas cidades, 1% dos proprietários controlam mais da metade dos lotes, enquanto milhares de pessoas são perseguidas por lutarem por um espaço para viver. Ainda existe considerável quantidade de não alfabetizados no Brasil e menos de 8% dos estudantes chegam às universidades, sendo que a maioria vem das escolas particulares. O programa “Universidade para Todos” retira recursos que deveriam ir para universidades públicas e os destina a universidades privadas. A fome é uma vergonhosa realidade em um país que tem capacidade de gerar alimentos para todos e todas. O desemprego, o subemprego e a informalidade são alarmantes. Milhões de pessoas, sobretudo jovens e aquelas com mais de 40 anos, vivem sem garantias, desprotegidas pelo Estado e lançadas à própria sorte. O transporte público está à mercê da lógica mercantil e privatista. O acesso à saúde e a educação de qualidade está restrito a poucos, por falta de investimentos públicos, enquanto assistimos fortunas vazarem pelo ralo dos encargos da dívida e da corrupção.

É decisivo que toda a sociedade conheça as causas desse quadro de desigualdade e opressão:

1. Elevada remuneração do capital, por meio da prática das taxas de juros mais altas do mundo, passando grande parte da riqueza nacional para o setor financeiro, que tem auferido os lucros mais elevados de todos os tempos. Além disso, o Banco Central tem promovido a liberdade cambial, que além de facilitar a lavagem de dinheiro, deixa o

país à mercê da especulação financeira e atenta contra a soberania nacional.

2. Exploração do trabalho infantil e do trabalho escravo. Exploração de toda a classe trabalhadora, por meio de salários achata-dos e salário mínimo indigno, que não cumpre o disposto no artigo 7º, inciso IV, da Constituição Federal, segundo o qual “**os trabalhadores urbanos e rurais têm direito ao salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim**”. Nesse sentido, a Assembléia Popular se manifesta contra as reformas trabalhista, sindical e previdenciária que tiram direitos dos/das trabalhadores/as.

3. Distorções do sistema tributário que privilegia os ricos e castiga a classe trabalhadora, principalmente os trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda. O sistema tributário deveria ser o principal veículo para a redistribuição da renda. Deveria tributar os grandes capitais, lucros, fortunas, heranças e latifúndios, e destinar esses recursos à garantia de políticas e serviços públicos de saúde, educação, esporte, segurança, saneamento, assistência, criança e adolescentes, previdência, cultura, lazer etc. O atual modelo econômico, ao contrário, tira o suado dinheiro dos pobres e passa aos ricos, levando a uma concentração de renda cada vez maior. Além disso, o governo tem implementado uma legislação que favorece o grande capital.

4. Concentração da propriedade da terra, dos meios de produção e ausência de uma política agrária sustentável que garanta sua democratização por meio da identificação, retomada e distribuição das terras devolutas e da reforma agrária, além da demarcação e titulação das terras indígenas e quilombolas e demais territórios tradicionais. O modelo agrário neoliberal e a ausência de uma política agrícola para os/as camponeses/as mantêm e aumentam a concentração de renda e de poder, e estão diretamente voltados à produção de dólares para pagar os encargos da dívida externa. O agronegócio é a maior maula do campo brasileiro!

5. Ausência de investimentos públicos em favor de iniciativas comunitárias e cooperativas de economia popular solidária, de pequenas e médias empresas, especialmente as empresas autogestionadas. Ausência de infra-estrutura e uma reforma urbana para melhorar a vida do povo, o que poderia gerar inúmeros empregos e impulsionar a economia do país, já que programas como o Bolsa Família têm caráter meramente assistencialista. A atual política econômica governamental exige agressivos cortes nos investimentos e gastos sociais, a fim de oferecer garantias aos credores das dívidas interna e externa através do "superávit primário". Além de não realizar investimentos, tem ocorrido o processo inverso, por meio da privatização de empresas nacionais prestadoras de serviços essenciais e, recentemente, a entrega de bens naturais essenciais como a água, também o perigo da contaminação de sementes nativas causada pela liberação de sementes transgênicas, além da valorização do agronegócio depredador, a

desnacionalização de jazidas de petróleo e a entrega do Aquífero Guarani aos interesses do Banco Mundial.

6. Privilégios para o pagamento dos encargos das dívidas, tanto interna quanto externa, que consomem grande parte do orçamento público e da receita de exportações. A Dívida Pública é o pano de fundo dos grandes problemas nacionais. O processo de endividamento está diretamente ligado à retirada de direitos, à perda de soberania diante das imposições de políticas de ajuste fiscal e estrutural e, também, às dificuldades decorrentes do comércio injusto, que nos obriga a produzir cada vez mais para exportar, sem respeitar nossos biomas e seus povos. Por isso, exigimos a realização de uma Auditoria, prevista na Constituição Federal, dessas questionáveis dívidas que tanto têm sacrificado a nação brasileira.

7. Impunidade para os que agredem os direitos humanos e a crescente criminalização dos pobres e dos movimentos sociais. Outro grave problema é a ausência de justiça social e segurança pública nos grandes centros urbanos e no meio rural.

8. Concentração dos meios de comunicação, sob domínio direto de poucas famílias, com o objetivo de fazer a disputa e a formação ideológica da população, a partir da visão das elites. Outro problema é a permanente perseguição às rádios comunitárias. É necessário fortalecer iniciativas de comunicação como TVs e rádios comunitárias e a Telesur.

Diante desse quadro de enormes injustiças e desse conjunto de políticas contrárias às necessidades do povo, é urgente realizarmos uma ampla mobilização social, de forma consciente, contra tudo que impede que as enormes potencialidades de cada região, de cada bioma, e do país como um

todo atendam plenamente aos direitos de seus cidadãos e cidadãs.

É preciso que todo o povo conheça a força do seu poder! A mobilização que estamos iniciando requer o envolvimento das organizações da sociedade civil – entidades, associações, sindicatos, movimentos sociais, igrejas, e dos cidadãos em geral – a fim de pressionar os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para exigir o direcionamento das políticas nacionais em favor dos interesses populares, e não do mercado financeiro. Os recursos naturais como a água não podem ser mercantilizados. O Brasil precisa que se valorize a reciclagem e o reaproveitamento dos materiais em um processo de trabalho gerido pelos próprios catadores e catadoras. É necessário respeitar a livre orientação sexual e acabar com a homofobia. Exigimos comportamento transparente e ético de todas as pessoas responsáveis por serviços públicos, bem como a apuração completa de todas as de-

núncias de corrupção e o ressarcimento dos recursos desviados aos cofres públicos. É necessário viabilizar instrumentos de fiscalização popular da aplicação de recursos públicos e acabar com a impunidade parlamentar e sua aposentadoria privilegiada.

A participação dos cidadãos e cidadãs nas Assembléias Populares contribuirá para instituir uma soberania popular efetiva, e não meramente simbólica. As Assembléias serão nossa força para impedir a subordinação do bem comum do povo ao interesse particular, bem como a subserviência da nação aos interesses estrangeiros. Elas serão nossa força para tornar efetivo o poder popular, para construir um Brasil livre, pluriétnico, autônomo, soberano e socialista, que queremos para nós e para as futuras gerações, convivendo com todos os povos da Terra em espírito de cooperação e solidariedade.

*Brasília, 28 de outubro de 2005*

**“A participação dos cidadãos e cidadãs nas Assembléias Populares contribuirá para instituir uma soberania popular efetiva, e não meramente simbólica.”**

## 2. Assembléia Ampliada da CRB Nacional

Nos dias 24 a 27 de outubro/05 estiveram reunidos no Centro de Convenções "Israel Pinheiro," em Brasília, os membros da Diretoria Nacional, do Conselho Superior e do Conselho Fiscal, da Assessoria Executiva Nacional, dos membros da Equipe de Reflexão Teológica, Presidentes e Assessoras das Regionais da CRB de todo o Brasil, num total de 70 pessoas.

O Objetivo Geral desse Encontro: Partilhar, refletir, avaliar e celebrar a caminhada da VRC no Brasil à luz das imagens bíblicas, **tenda e nuvem**, para discernir os novos passos no processo de operacionalização do Quadro Programático.

Como objetivos específicos buscou-se:

- Construir um espaço de partilha e reflexão da VRC no Brasil para discernir coletivamente por quais caminhos a nuvem do Espírito de Deus nos conduz.
- Ampliar as relações entre os/as Animadores/as da VRC no Brasil.
- Aprofundar a reflexão sobre bioética e biotecnologia.
- Avaliar a operacionalização das prioridades assumidas para o triênio 2004-2007.
- Iluminar teologicamente a caminhada feita pela CRB Nacional.
- Refletir conjuntamente o andamento dos Projetos da CRB Nacional.

Todo o encontro aconteceu através de um processo participativo, dinamizado pela harmonia, alegria e atitude de compromisso e co-responsabilidade das diversas lideranças que animam a VR nas Regionais do nosso Brasil, somando esforço comum para

implementar as prioridades, através de projetos concretos que ajudem a vislumbrar novos horizontes, na vivência de uma outra Vida Religiosa possível.

Fomos marcados pela dimensão martirial de Ir. Doroty Stang e pelo magnífico testemunho profético de Dom Frei Luis Cappio. Eles foram a confirmação que Deus nos fez nesta Assembléia de que o caminho é este que estamos fazendo, junto aos privilegiados do amor do Pai, os pobres, os excluídos e marginalizados. Dom Luis nos deu a melhor lição de lucidez, discernimento, coerência e fraternidade evangélica e, portanto, de V C hoje.

Importante também a presença do Frei Antonio Moser e Pe. Marcelo Barros que com a competência e lucidez que os caracteriza trouxeram luz, nos desafiaram e inquietaram a todas/os.

A Assembléia conseguiu despertar interesse, participação, ânimo e compromisso com o presente e futuro da VR no Brasil. Constituiu um espaço privilegiado de partilha e reflexão. A mística **da nuvem e da tenda** foi muito inspiradora e ajudou a rezar *O novo no processo de animação* nos aponta para uma nova missionariedade, parcerias, itinerância, novas formas de organização e solidariedade da inclusão que vai exigir de nós um revigoramento da opção pelos pobres como encarnação na realidade sofrida do nosso povo, valorização dos pequenos gestos e projetos nas fronteiras e resgate da inserção. Fomos convocadas a continuar a nossa peregrinação pelos caminhos do TESTEMUNHO, da PROFECIA e da ESPERANÇA.

## O que o concílio vaticano II tem a dizer hoje à vida religiosa? Desafios sócio-pastorais

Pe. Martinho Lenz, SJ

### Introdução

"Flor de uma inesperada primavera" – assim o Papa João XXIII chamou o Concílio Ecumênico Vaticano II, por ele convocado e solenemente inaugurado no dia 11 de outubro de 1962. Na homilia de conclusão, no dia 7 de dezembro de 1965, Paulo VI exclamava: "Concluimos hoje o Concílio Ecumênico Vaticano II e concluimo-lo na plenitude do seu vigor e de sua eficiência". Refletindo o clima que tomara conta do Concílio, comunicou ao mundo cristão que o "Concílio não conclui os seus trabalhos no meio do esgotamento de forças, mas antes no meio do entusiasmo que despertou", deixando que muitas questões, postas durante as sessões conciliares, ficassem para ser retomadas e aprofundadas no período pós-conciliar.

Quero convidar os(as) leitores(as) a uma reflexão sobre a visão sócio-pastoral do Concílio e sobre alguns desafios que essa visão coloca para a VR hoje. Depois

de destacar alguns traços do clima do Concílio, vou enfocar os principais eixos da reflexão conciliar sobre as realidades sociais e políticas, vistas como mundo de missão da Igreja e, em conseqüência, também da Vida Religiosa.

Olharemos, a seguir, para alguns desdobramentos nesses quarenta anos após o Concílio e nos perguntaremos sobre os desafios que essas novas realidades colocam para a VR.

### Um novo modo de relacionar-se com o mundo

Paulo VI, em sua homilia de conclusão, fala do entusiasmo, com que os Padres Conciliares concluíram sua tarefa. De onde vinha esse entusiasmo? Como ele se refletiu nos documentos do Concílio?

No Concílio, a Igreja ocupou-se em aprofundar sua identidade e missão, segundo Paulo VI, "para encontrar em si a Palavra de Cristo, viva e operante no Espírito San-

to e para sondar mais profundamente o mistério, ou seja, o desígnio e a presença fora e dentro de si e para reavivar em si a chama da fé, que é o segredo da sua segurança e da sua sabedoria e reavivar o fogo do amor...". A identificação dos sinais da ação de Deus nos extraordinários progressos do mundo moderno e da renovação interna da Igreja deixou os membros do Concílio "repletos de Deus", conforme a etimologia do conceito ("en+theós").

Esse entusiasmo tinha um claro motivo: anunciar as insondáveis riquezas de Cristo ao mundo do seu tempo, um mundo em mudança, uma humanidade desejava de ouvir a boa notícia de uma sociedade reconciliada, com verdadeiro progresso, sem ódios e sem guerras. O Concílio quis aproximar-se do mundo moderno, do qual a Igreja por muito tempo se mantivera afastado, para escutá-lo e compreendê-lo, antes de anunciar-lhe a boa nova de Jesus Cristo, em resposta às suas demandas.

Paulo VI exprime assim a intenção do Concílio, no citado discurso de conclusão:

"Nunca talvez como no tempo desse Concílio a Igreja se sentiu na necessidade de conhecer, avizinhar, julgar retamente, penetrar, servir e transmitir a mensagem evangélica, e, por assim dizer, atingir a sociedade humana que a rodeia, seguindo-a na sua rápida e contínua mudança. Esta atitude, nascida pelo fato de a Igreja, no passado e sobretudo neste século, ter estado ausente e afastada da civilização profana, esta atitude, sempre inspirada pela essencial missão salvadora da Igreja, esteve presente eficaz e continuamente no Concílio" (Documentos do Concílio Ecumênico - DCE, 667).

O Concílio se debruçou sobre o ser hu-

mano, "tal como ele se apresenta no nosso tempo", com suas grandezas e misérias: "o homem que vive; o homem que se esforça por cuidar só de si; o homem que não só se julga digno de ser o centro de todo e qualquer interesse, mas também não se envergonha de afirmar que é o princípio e a razão de ser de tudo. (...) O homem que vive descontente de si mesmo, que ri e que chora; o homem versátil, sempre pronto a representar; o homem rígido, que cultiva apenas a realidade científica; o homem que como tal pensa, ama, trabalha, sempre espera alguma coisa..." (DCE, 668).

Neste clima está uma das grandes novidades desse Concílio: o espírito de diálogo, não de condenação. Contrariando a tradição dos vinte Concílios Ecumênicos precedentes, que invariavelmente terminavam com definições dogmáticas e condenações (anátemas), esse Concílio quis ser um Concílio Pastoral, de diálogo e de anúncio. Usando a linguagem dos homens de hoje, diz o Papa, "a todos os homens foi dirigido o convite pastoral e missionário para receberem em si a luz do Evangelho" (DCE, 670). A razão dessa atitude, diz ainda Paulo VI, foi que "um imenso amor para com os homens penetrou totalmente o Concílio" (DCE, 669).

De tudo isso resultou uma atitude de otimismo e de esperança, que não ignorando o mal e o pecado, ressaltou mais os aspectos positivos que os negativos. Mais uma vez, Paulo VI nos recorda que o Concílio quis ver a humanidade, "à luz da divindade". O Concílio, diz o Papa, "quis considerar a sua dupla fisionomia: a miséria e a grandeza do homem, o seu mal profundo, mal sem dúvida incurável, e seu bem, que permanece, sempre marcado pela mis-

teriosa beleza e singular poder. Precisamos reconhecer que este Concílio, ao fazer o juízo a respeito do homem, se deteve mais nos seus aspectos felizes que nos desditosos. Nisto ele tomou uma atitude claramente otimista. Uma corrente de interesse e de admiração saiu do Concílio sobre o mundo atual. Rejeitaram-se os erros, (...) mas os homens, salvaguardado sempre o preceito do respeito e do amor, foram apenas advertidos do erro. Assim se fez, para que, em vez de diagnósticos desalentadores, se dessem remédios cheios de esperança; para que o Concílio falasse ao mundo atual não com presságios funestos, mas com mensagens de esperança e palavras de confiança. Não só respeitou, mas honrou os valores humanos..." (DCE, 669).

Através desse novo modo de aproximar-se do mundo, Concílio expôs o tesouro da doutrina de Cristo "acerca de muitas questões que hoje comprometem a consciência e a atividade do homem", sem condenações nem definições dogmáticas. Buscando aproximar-se da humanidade real, "o Magistério, por assim dizer, desceu para dialogar com o homem; e conservando sempre a sua autoridade e sua virtude, adotou a maneira de falar acessível e amiga que é própria da caridade pastoral. Quis fazer-se ouvir e entender por todos" (DCE, 670). Assim, a Igreja, oferecendo ao homem sua ciência a respeito de Deus, declarou-se servidora do homem, "escrava da humanidade", convencida dessa dupla verdade: "para conhecer o homem, o homem verdadeiro, o homem integral, é necessário conhecer a Deus"; e que, "para conhecer a Deus, é necessário conhecer o homem" (DCE, 672).

Nessa magnífica síntese de Paulo VI

sobre o espírito do Concílio encontramos luzes orientadoras do modo em que também a VR é chamada a relacionar-se com esse mundo: ouvi-lo com simpatia antes de querer anunciar-lhe a Palavra; deixar-se mover por um "imenso amor" para com os homens e mulheres do nosso tempo; agir sempre pela caridade pastoral, que usa de palavras amigas; vencer-se que para conhecer a Deus, é preciso conhecer o homem.

### Um novo Clima dentro da Igreja

Vimos até agora o clima do Concílio nas suas relações *ad extra*, com o mundo dos homens e a sociedade do nosso tempo. Como se refletiu esse clima sobre as relações *ad intra*, intra-eclisiais? Aqui podemos destacar três aspectos de novidade.

Primeiro, a abertura ao Espírito, o que implica em prontidão para a escuta, para a acolhida do novo, para a ousadia da renovação. Tal fora o pedido de João XXIII, quando anunciou um Concílio com o objetivo do *aggiornamento*, da atualização ou renovação da Igreja, no seu modo de ser e relacionar-se. Ele propôs que a Igreja abrisse as janelas, para receber ares novos. As janelas ou lugares teológicos por excelência do Concílio foram a Escritura e a realidade, dentro de uma fidelidade radical à grande Tradição. O que se viu foram os 2.500 membros do Concílio tomarem a decisão corajosa de abandonar os 72 esquemas previamente elaborados pela Cúria Romana, em três anos de preparação e partir para a elaboração de textos novos, sobre os temas que eles discerniram como fundamentais, esquemas novos, reduzidos afinal a 16 textos oficiais.

A abertura ao Espírito inspirou uma se-

gunda atitude básica no trato das questões internas à Igreja: a atitude de escuta e de diálogo, como maneira mais evangélica de aproximar-se da verdade através da busca comum, na certeza de que o Espírito fala às diversas Igrejas e se manifesta através de cada participante. Diálogo com o mundo, mas também diálogo dentro da Igreja: entre o Papa e os demais membros do Concílio, entre os padres conciliares, entre bispos, teólogos e leigos.

Esse diálogo estendeu-se a outras igrejas cristãs: havia 17 outras igrejas presentes através de observadores convidados; a outros credos e religiões, através do diálogo inter-religioso; e enfim, no diálogo com os não crentes. Para cada um desses universos, o Sínodo produziu um documento próprio.

Na escuta do Espírito e na prática interna do diálogo amadureceu ainda uma terceira dimensão: a colegialidade. Os bispos em seu conjunto, sempre unidos a Pedro e nunca sem ele, participam do cuidado por toda a Igreja. Cada bispo é responsável não só pela sua diocese, mas partilha da preocupação com o pastoreio universal, de toda Igreja de Deus. Como uma das expressões do espírito colegial, foi instituída o Sínodo dos Bispos, cuja 11ª Sessão ordinária foi celebrada em outubro de 2005, sobre o tema da Eucaristia.

Esse clima de diálogo com o mundo e o novo espírito dentro da Igreja orientou a renovação da Igreja no modo de ser e de propor a sua doutrina. Houve uma mudança profunda na auto-compreensão da Igreja, que hoje temos dificuldade em avaliar. Para mostrar os contrastes entre a antiga e a nova compreensão, cito aqui uma síntese de conceitos ou linhas

orientadoras do Concílio, revelando sua identidade e missão, síntese preparada pelo Cardeal Dom Aloísio Lorscheider, que participou, como bispo-teólogo, de todas as sessões do Concílio:

“O Vaticano II fez-nos passar de uma Igreja-Instituição ou de uma Igreja-Sociedade-Perfeita para uma Igreja-Comunidade, inserida no mundo, a serviço do Reino de Deus; de uma Igreja-Poder para uma Igreja-Pobre, Despojada, Peregrina; de uma Igreja-Autoridade para uma Igreja-Serva, Servidora, Ministerial; de uma Igreja Piramidal para uma Igreja-Povo; de uma Igreja Pura e sem mancha, para uma Igreja Santa e Pecadora, sempre necessitada de conversão e de reforma; de uma Igreja-Cristandade, para uma Igreja-Missão, uma Igreja toda ela Missionária” (Lopes Gonçalves, 2004: 7).

## **O Concílio e as Realidades sócio-pastorais**

A releitura de *Gaudium et Spes*, quarenta anos depois de sua publicação, não deixa de nos surpreender pela lucidez e atualidade. Foi talvez o texto mais renovador de todo Concílio, afrontando de modo novo o desafio do diálogo da Igreja com o mundo moderno.

O texto propõe uma visão lúcida e atual da realidade social e do modo como os cristãos se posicionam pastoralmente dentro dela. Exemplificando a visão social do Concílio, cai em vista o modo positivo de avaliar o avanço da ciência e da técnica modernas, que não é só uma conquista do mundo material, mas uma penetração inteligente no universo das leis que governam a natureza, na busca de “atingir com certeza a verdade inteligível”. A esse saber

ciência, diz o Concílio, pode e deve juntar-se a sabedoria, "que suavemente atrai o espírito do homem à busca do amor da verdade e do bem, e graças à qual ele é levado por meio das coisas visíveis às invisíveis. Mais do que os séculos passados, o nosso tempo precisa de uma tal sabedoria, para que se humanizem as novas descobertas dos homens. Está ameaçado, com efeito, o destino do mundo, se não surgirem homens cheios de sabedoria. E é de notar que muitas nações, pobres em bens econômicos, mas ricas em sabedoria, podem trazer às outras, inapreciável contribuição" (GS, 15).

Ciência e sabedoria estão presentes nesse mundo, mas andam fora de balanço. De pouco vale toda ciência, sem a sabedoria que conduz ao seu bom uso. A visão do Concílio, contrariamente ao que alguns têm dito, não é de otimismo ingênuo com os progressos da ciência ocidental, mas de percepção tanto de seus valores como de seus limites. Afirma não só a excelência do gênio humano que "alcançou notáveis sucessos, sobretudo na pesquisa e conquista do mundo material", mas, da mesma forma, ressalta a importância fundamental da sabedoria da vida e da iluminação que a fé cristã oferece para a compreensão dos mistérios da vida e da morte. O homem se encontra dividido em si mesmo, e a vida humana, tanto individual como coletiva, "apresenta-se como uma luta dramática entre o bem e o mal, entre a luz e as trevas" (GS, 13). Deus vem em socorro de sua criatura, para libertá-lo e renová-lo interiormente e para lançar fora o príncipe deste mundo (cf. Jo 12,31). "A fé ilumina todas as coisas com uma luz nova e faz

conhecer o designio divino acerca da vocação integral do homem e, dessa forma, orienta o espírito para soluções plenamente humanas" (GS 11).

A essa visão social acresce uma visão pastoral, uma visão pedagógica, pela qual os discípulos de Cristo são estimulados a orientar sua ação no mundo. Essa visão pastoral baseia-se na sabedoria da Palavra de Deus, que ilumina os caminhos dos homens no discernimento moral sobre o que melhor conduz à realização do bem comum; e na força do testemunho cristão no mundo, que não é só individual, mas coletivo, próprio de um povo. A pedagogia consiste, pois, em formar continuamente esse povo de Deus ("formação ampla", com especial atenção à "educação dos jovens, de qualquer origem social", diz a GS) e "estimular em todos a vontade de tomar parte nos empreendimentos comuns (...). Mas para que todos os cidadãos se sintam inclinados a participar na vida dos grupos de que forma o corpo social, é necessário que encontrem nesses grupos bens que os atraiam e os predisponham ao serviço dos outros". O texto culmina com essa preciosidade: "Podemos legitimamente pensar que o destino futuro da humanidade está nas mãos daqueles que souberem dar às gerações vindouras razões de viver e de esperar" (GS 31).

Visão compreensiva e pedagógica da missão social dos cristãos: esse é um fio condutor da *Gaudium et Spes* e de todo Concílio. Os eixos dessa visão são a avaliação positiva dos avanços da ciência, a indispensável conjugação da ciência com a sabedoria (da vida, da fé), a formação de pessoas e comunidades adultas, que saibam

usar responsabilmente sua liberdade e os bens à sua disposição e que saibam suscitar esperança, dando as razões verdadeiras de viver e esperar.

A partir desses grandes eixos, a *Gaudium et Spes* amplia sua visão sobre o relacionamento entre a Igreja e o mundo moderno, em duas grandes partes: primeira, a Igreja e a vocação do homem; e a segunda, sobre alguns problemas mais urgentes do mundo moderno. Vale apenas reler e meditar os grandes capítulos da primeira parte: a dignidade da pessoa humana, feita à imagem de Deus, chamada ao bem mas inclinada ao mal; a comunidade humana, não só unida por sistemas modernos de comunicação mas formando comunidades de pessoas; a ordem social e o progresso, com “a ordem das coisas sendo subordinada à ordem das pessoas”; a urgência de nos “tornarmos próximos de todo e qualquer homem e de o servir quando vem ao nosso encontro”, eliminando tudo o que degrada, “tudo que ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e jovens; e também as condições degradantes de trabalho, em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis” (GS, 27); a importância de combater todas as formas de discriminação e de salvaguardar, “sob qualquer regime político, os direitos humanos fundamentais” (GS, 29). Ainda nessa primeira parte do documento, ao falar da atividade dos cristãos no mundo, o Concílio dá essa norma geral: “a norma da atividade humana é, pois, a seguinte: segundo o plano e a vontade de Deus, ser con-

forme com o verdadeiro bem da humanidade e tornar possível ao ser humano, individualmente considerado ou em sociedade, cultivar e realizar sua vocação integral” (GS, 35). Essa norma compreende o valor insubstituível de cada ser humano (que vale mais pelo que é do que pelo que tem), implica na autonomia das realidades terrestres, no empenho no bem comum, na preeminência da lei do amor (a ser exercitado “não apenas nas coisas grandes, mas nas circunstâncias ordinárias da vida”) e na expectativa de um novo céu e de uma nova terra, dom de Deus, “que não deve, porém, enfraquecer, antes deve ativar a solicitude em ordem a desenvolver essa terra, onde cresce o corpo da família humana, que já consegue apresentar uma prefiguração do mundo futuro” (GS 39).

A segunda parte da *Gaudium et Spes* trata de alguns problemas candentes do mundo moderno: matrimônio e família, o processo cultural, a vida econômico-social, a comunidade política, a promoção da paz e a comunidade internacional. Essa parte recolhe e consolida o ensino social da Igreja, que foi sendo elaborado desde o final do século XIX, com a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, por Leão XIII, em 1891. Na conclusão do documento conciliar, há duas observações indicando atitudes, ainda hoje de extrema validade. Primeiro, o documento fala da necessidade de constante atualização e aprofundamento da doutrina apresentada, uma vez que “se trata freqüentemente de realidades sujeitas à constante transformação” (GS, 91). A segunda é um chamamento a um amor universal: “Os cristãos nada podem desejar mais ardentemente do que servir sempre com maior generosidade e eficácia os ho-

mens do mundo de hoje. (...) A vontade do Pai é que reconhecamos e amemos efetivamente em todos os homens a Cristo, por palavras e obras, dando testemunho da verdade e comunicando aos outros o mistério do amor do Pai celeste" (GS, 93).

## Limitações, recepção, novos desafios

A *Gaudium et Spes* tem limitações. Condicionamentos culturais dos Padres Conciliares, na maior parte europeus, talvez os tenham mantido em uma visão bastante ocidental e européia de toda a temática. As questões ambientais receberam pouca atenção, assim como a questão do lugar da mulher na sociedade e na Igreja, a diversidade cultural e o problema de minorias étnicas, sociais e culturais. Outras questões foram colocadas por grupos de bispos, mas não tiveram suficiente acolhida pela maioria, como foi a proposta de um grupo de bispos do Terceiro Mundo, inspirada por Dom Hélder Câmara, que propôs como questão central a temática da Igreja dos Pobres. A Hierarquia da Igreja, ainda muito centralizada, não estava preparada para acolher e aprofundar vários desses temas. Outros, como a questão ambiental, estavam apenas começando a ser discutidos na sociedade. Alguns desses assuntos, como o tema da mulher na Igreja, foram retomados, mas ainda não encontraram uma solução satisfatória.

Luiz Carlos Susin, em seu artigo sobre a antropologia teológica conciliar, refere-se ao diálogo da Igreja com a modernidade como a um diálogo que veio com grande atraso. Quando finalmente a Igreja, munida de bons motivos para uma re-

conciliação com o homem moderno, abriu-lhe os braços na *Gaudium et Spes* (alegria e esperança), com *dolor et spes* (dor e esperança) ela viu seus interlocutores darem-lhe as costas. "O homem moderno continuou seguindo um caminho cada vez mais desencantado, secularizado e paganizado, imergindo em uma lógica de consumo e de mercado nunca antes experimentada. A angústia (...) amornou diante da exaltação do nada pós-moderno como festa da liberdade mais pura e desnudada, na frivolidade do efêmero, da moda e do consumo. A antropologia do *pensiero debole* de Vattimo, da consciência e da subjetividade *light e soft*, corresponde a essa *era do vazio* de Lipovetsky, algo ainda inimaginável na década conciliar. As alternativas provieram de sincretismos em busca de um holismo fundador, que se tornou quase inelutavelmente também objeto de consumo, como a *New Age*" (Susin, apud Lopes Gonçalves, 2004: 374).

Não parece que a Igreja tenha dado as respostas a essas novas interrogações, questionamentos ou provocações. Que respostas podem ainda ser significativas aos desdobramentos da pós-modernidade? Há algo que substitua o testemunho, quem sabe um testemunho que questione as estruturas de Igreja, consolidadas ou intocáveis? Diante desses temas e de outros desafios (alguns são tabu), há quem proponha a necessidade de um novo Concílio Ecumênico, ou quem sabe, um Concílio pã-cristão.

Na verdade, a *recepção criativa* do Concílio, por parte de muitas Igrejas, abriu novos espaços, abrigando com mais força e coerência temas como o diálogo intra-

eclesial, a colegialidade ou a opção preferencial e evangélica pelos pobres.

A recepção do Concílio, de fato, foi muito desigual no mundo. Houve países e regiões (por exemplo, o Leste Europeu, sob regime comunista), que tomaram conhecimento real do Concílio apenas nos anos '90 do século passado. No decorrer dos anos, houve também diversas tentativas de releitura do Concílio, não necessariamente as mais felizes, condicionadas por novas conjunturas eclesiais.

Na América Latina, tivemos uma recepção calorosa e fecunda do Concílio. As Conferências de Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992), constituem marcos nessa caminhada de ler os textos conciliares à luz da realidade do nosso continente e tirar as conseqüências de uma fé libertadora e transformadora. As incidências dos documentos dessas Assembléias foram marcantes para toda a Igreja, também para a Vida Religiosa. Essa encontrou na CLAR e na CRB fiéis testemunhas do profetismo e de uma visão encarnada do Evangelho, pagando o preço em perseguições anunciado no Evangelho.

### **Atualizações do Concílio: a Exortação "Vita Consecrata"**

No tempo pós-conciliar, houve momentos fortes de aprofundamento do Concílio, com referência especial à VR. Vamos retomar aqui um desses momentos, como ele ficou registrado na instrução Pós-Sinodal *"Vita Consecrata, sobre a Vida Consagrada e sua Missão na Igreja e no Mundo"* (1996).

Já as três partes em que se divide a Exortação Apostólica contém uma mensagem à VR: 1) Confissão da Trindade: fontes

crisológico-trinitárias da Vida Consagrada; 2) Sinal de Fraternidade: Vida Consagrada como sinal de comunhão na Igreja; e 3) Serviço da Caridade: a Vida Consagrada como epifania do amor de Deus no mundo. Essa terceira parte aprofunda o tema da visão sócio-pastoral na VR.

Eis algumas chamadas centrais: amar com o coração de Cristo, um amor até o fim; presença em todos os cantos da terra; predileção pelos pobres e promoção da justiça; estilo de vida humilde e austero; testemunho profético face aos grandes desafios; afirmação da primazia de Deus e dos bens futuros; fidelidade até o martírio; o desafio dos votos: pobreza evangélica a serviço dos pobres; alguns areópagos da missão da VR hoje: educação, comunicação social, unidade dos cristãos, diálogo inter-religioso.

A simples enumeração desses tópicos nos coloca diante de um desdobramento de temas fundamentais do Concílio, trazidos para os nossos dias. Não dizem respeito apenas ao presente, mas ao futuro. Como escreve João Paulo II: "vós não tendes apenas uma história gloriosa para recordar e narrar, mas uma grande história a construir! Olhai o futuro, para o qual vos projeta o Espírito, a fim de realizar convosco ainda grandes coisas. Fazei de vossa vida uma ardente expectativa de Cristo (...). Permanecei sempre disponíveis, fiéis a Cristo, à Igreja, ao vosso Instituto e ao homem do nosso tempo" (VC, 110).

### **Testemunho profético da VR face aos grandes desafios atuais**

O Vaticano II atribuiu à VR a função de sinal para todos os fiéis, para que vivam

com fidelidade radical sua vocação cristã (cf. LG 44). Quais os desafios particularmente graves, enfrentados hoje pelos cristãos, no campo social? Podemos destacar três desafios ou provocações, lançadas aos cristãos pelo mundo de hoje, para refletir como a VR pode ser sinal e convite para viver com autenticidade o Evangelho.

Quando falamos de mundo, entendemos uma mentalidade que é negação dos valores do Evangelho, e contra a qual o apóstolo Paulo advertia os cristãos do seu tempo: “Não vos conformeis com esse mundo, mas transformai-vos pela renovação do espírito, para chegardes a conhecer qual seja a vontade de Deus, a saber, o que é bom, agradável e perfeito” (Rm 12,2).

Três provocações agridem hoje (de modo novo) a vida cristã: a apego aos bens, o hedonismo e falsas concepções de liberdade. Somos confrontados pela banalização do mal e espetacularização do crime e do pecado. No coração da VR está o seguimento radical a Cristo pobre, casto e obediente ao Pai. A vivência fiel dos conselhos evangélicos se transforma em sinal profético da novidade do Reino de Deus, face às provocações da mentalidade do mundo. Vejamos como.

A Igreja não cessa de denunciar o apego doentio aos bens materiais, o consumismo e a escandalosa concentração da propriedade e da renda como causa da miséria e da fome de muitos. Não bastam leis para mudar essa situação: requer-se a conversão pessoal e comunitária, uma profunda mudança de mentalidade e atitudes. “Somente vencendo o egoísmo e a indiferença, assegura-se o pão de cada dia a todos” (CNBB, Doc. 69, 22). Sinal de conversão ao Reino é a vivência da pobreza evangélica,

o espírito de comunhão, simplicidade e partilha de bens. O desafio da pobreza evangélica é resposta ao materialismo ávido de riqueza, à idolatria do dinheiro, vivida no seguimento de Cristo pobre e expresso por um empenho ativo na promoção da solidariedade, da caridade, no amor preferencial pelos pobres (cf. VC, 89). A castidade consagrada é uma resposta à provocação de uma cultura hedonista, que separa a sexualidade de qualquer norma moral objetiva e favorece uma idolatria do instinto. A terceira provocação é uma falsa concepção de liberdade, que subtrai essa fundamental prerrogativa humana à sua relação constitutiva com a verdade e com o bem (cf. VC, 91). Resposta eficaz a essa provocação é a conquista da verdadeira liberdade, pelo caminho de obediência à vontade do Pai (que é vida plena para todos).

O testemunho social dos conselhos evangélicos é particularmente eficaz por causa da sua dimensão comunitária e pública, da espiritualidade própria que o religioso/a é chamado a desenvolver e pelo sentido eclesial de comunhão próprio da VR.

Teríamos outras provocações a analisar. Vamos referir-nos a mais uma: a privatização como proposta de vida, o fechamento sobre interesses pessoais, um nacionalismo «chauvinista» que vê em outros povos como concorrentes e a diversidade um risco para a própria identidade ou sobrevivência. A VR tem a função profética de “recordar e servir o desígnio de Deus sobre todos os homens”, procurando ler os apelos de Deus através de “uma inserção ativa e fecunda nos acontecimentos do nosso tempo” (VC, 73). Enquanto assume os compromissos concretos da sua missão atual, o/a con-

sagrado/a vive aberto à missão mais ampla, universal, conservando no coração e levando à oração as inúmeras necessidades do mundo inteiro. Daí podem nascer redes, novas articulações, novos projetos apostólicos: “A VR não se limitará a ler os sinais dos tempos, mas há de contribuir também para elaborar e atuar novos projetos de evangelização para as situações atuais. E tudo isso na certeza derivada da fé de que o Espírito sabe dar as respostas apropriadas mesmo às questões mais difíceis” (VC, 73).

Que novos projetos apostólicos fazem falta no Brasil e no mundo?

Recordemos ainda a condição indispensável para a eficácia do testemunho da VR: a qualidade espiritual da vida consagrada, a unidade entre contemplação e ação. Dela depende a fecundidade da vida apostólica, a generosidade no amor aos pobres e a própria atração vocacional sobre as novas gerações. “Tender à santidade: eis em síntese o programa de cada vida consagrada...” (VC, 93). A santidade se constrói num seguimento pessoal e apaixonado de Cristo, a ponto de nos identificarmos com ele, seu modo de sentir e agir. O Pe. Alberto Hurtado Cruchaga, jesuíta chileno, um santo «social» recentemente canonizado (23.10.05), costumava perguntar-se, diante dos desafios prementes do apostolado “Que faria Cristo, se estivesse em meu lugar”?

A VR se apresenta como uma forma especial de participação na vida profética de Cristo, comunicada pelo Espírito a todo povo de Deus. Exprime-se na primazia de Deus e dos valores do Evangelho, em virtude da qual “nada pode ser preferido ao amor pessoal por Cristo e pelos pobres, nos quais ele vive” (VC, 84).

Sinal de vitalidade da VR é a capacidade de vibrar com os exemplos de irmãos e irmãs religiosos e religiosas que dão testemunho heróico de fidelidade à sua consagração a Deus e aos irmãos, até ao dom da própria vida. Os exemplos são recentes e estão muito perto de nós: a Ir. Dorothy Stang, assassinada no dia 12 de fevereiro de 2005 em Anapu, no sul do Pará, onde defendia os direitos dos pequenos lavradores sem-terra, a quem serviu por décadas, não arredando nem diante das ameaças de morte. Ou o gesto corajoso e extremo do Frei Dom Luiz Flávio Cappio, OFM, bispo de Barra na Bahia, há mais de trinta anos servindo o povo pobre das margens do rio S. Francisco, que em setembro de 2005, entrou em greve de fome, disposto a entregar a própria vida. Sua firme determinação era de só terminar sua greve quando o governo suspendesse o projeto de transposição do rio S. Francisco, dando prioridade à revitalização do rio e a um plano para toda a população da região, no sentido da convivência com o semi-árido. Seu jejum foi suspenso após 11 dias, depois que ele recebeu do governo a garantia de que o início das obras seria suspenso para a retomada do diálogo com a sociedade. Seu gesto profético, incompreendido por autoridades tanto da Igreja como do governo, tem uma semelhança comprometedoras com a firme decisão de Jesus Cristo, de ir a Jerusalém para doar a própria vida, quando era fácil retirar-se, fugir para a Galiléia dos gentios. Tem semelhança perigosa com o gesto de mártires modernos, como o Frei S. Maximiliano Kolbe, OFM, que ofereceu livremente sua vida para morrer em lugar

de um outro prisioneiro, em um campo de concentração nazista, condenado à morte pela fome.

Em sua carta ao Presidente da República, Dom Cappio explicava assim seu gesto extremo: "Quando cessa o entendimento, a loucura fala mais alto... Tenha certeza (senhor Presidente), é um profundo testemunho de amor à vida".

Loucuras por amor aos irmãos não são coisa rara na vida de religiosos e de santos. Gestos proféticos falam mais alto que muitos discursos. Resultado dessa loucura não foi apenas a reabertura das negociações sobre o projeto. Para muitos, o gesto de

Dom Cáprio calou fundo. Nesses tempos pós-modernos, do pensamento débil, da banalização do mal, de escândalos e corrupção política, da indiferença ante a miséria de multidões, o gesto desse Frei, em sua autenticidade e forte simbolismo, foi o testemunho de que ainda hoje há pessoas dispostas a dar a vida por uma causa, pela causa da vida de um povo pobre, desprezado, humilhado, sem vez e sem voz.

---

Endereço do Autor:

Pe. Martinho Lenz, SJ

CNBB Nacional

Cx. Postal 02067 - 70259-970 Brasília, DF

E-mail: smf@cnbb.org.br

**QUESTÕES PARA  
AJUDAR A LEITURA  
INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE**

- 1- Que aspectos da mensagem social do Concílio falam mais alto para você e sua comunidade?
- 2- De que modo o carisma de sua Congregação responde aos desafios colocados pelo Concílio, no campo da convivência humana?
- 3- Comente a força dos gestos proféticos de religiosos e religiosas, nessa era da informática.
- 4- De que projetos novos de evangelização carecemos hoje?

**“A VR se apresenta como uma forma especial de participação na vida profética de Cristo, comunicada pelo Espírito a todo povo de Deus.”**

# “Pura e perene fonte da vida espiritual”

A Palavra de Deus como alimento da nossa vida no Espírito a partir da *Dei Verbum*

PE. CLAUDIO PAUL, SJ

## 1. Introdução

Entre as prioridades apresentadas pela CRB no seu Plano Global para o triênio 2004-2007, a de número 5 diz: “cultivar uma mística enraizada na Palavra de Deus como fonte de coragem para responder aos desafios atuais”<sup>1</sup>. A CRB reconhece que já houve avanços no sentido de uma vida consagrada mais enraizada na Palavra de Deus (o projeto Tua Palavra é Vida é um deles), mas percebe que o desafio de sermos pessoas que se tornam sempre mais ouvintes da Palavra permanece<sup>2</sup>.

Essas constatações da CRB convidam-nos a perguntar-nos qual o papel e a importância da Escritura na nossa vida de homens e mulheres consagrados pelos votos religiosos. Ou ainda, como a Escritura se torna alimento para a nossa vida no Espírito?

Querendo buscar resposta a essas interrogações, nossa atenção volta-se para um acontecimento eclesial de extrema importância: o Concílio Vaticano II. Neste ano em que celebramos os 40 anos do seu encerramento, queremos, novamente, buscar nele, com espírito de fidelidade criativa, as orientações que o Magistério da Igreja ofereceu, em particular às pessoas consagradas, no tocante a esse aspecto da relação entre a Escri-

tura e a vida no Espírito. Afinal, as orientações do Concílio continuam hoje não somente válidas, mas, em parte, inclusive aguardando ainda sua aplicação na vida da Igreja<sup>3</sup>.

No Concílio, há um Decreto específico sobre a Vida Consagrada (*Perfectae Caritatis*). Nele, porém, encontramos uma única e breve referência ao tema da relação entre as Escrituras e a nossa vida espiritual. Podemos ler, no n<sup>o</sup> 6, o seguinte<sup>4</sup>:

Cultivem pois os membros dos institutos, com zelo constante, o espírito de oração e a mesma oração, haurindo das puras fontes da espiritualidade cristã. Em primeiro lugar, porém, **tenham todos os dias em mãos a Sagrada Escritura, para aprenderem, pela leitura e meditação dos divinos textos, “a ciência eminente de Jesus Cristo”** (Fl 3,8). Celebrem (...) a Sagrada Liturgia, sobretudo o sacrossanto mistério da Eucaristia, e, nesta fonte riquíssima, alimentem a vida espiritual. Desta sorte, **revigorados à mesa da divina Lei** e do sagrado Altar, amem fraternalmente os membros de Cristo, respeitem e estimem os pastores com

<sup>1</sup> CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL. *Plano Global*: Triênio 2004-2007. p. 44.

<sup>2</sup> *IDEM*, pp. 23.25.

<sup>3</sup> Para um estudo dos avanços realizados e das tarefas por enfrentar, ver J.B. LIBANIO, *Concílio Vaticano II*: em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005 (Theologica, 14).

<sup>4</sup> As citações dos documentos do Concílio Vaticano II são tiradas de: DOCUMENTOS DO VATICANO II: constituições, decretos e declarações. Edição bilingüe. Petrópolis: Vozes, 1966.

espírito filial; vivam e sintam mais e mais com a Igreja e se dediquem inteiramente à missão dela (PC, 6, grifos nossos).

Se no decreto próprio sobre a vida consagrada o tema da relação entre a Bíblia e a vida no Espírito praticamente não vai além da exortação à leitura quotidiana da Escritura (o que, em certo sentido, já não é pouco), o mesmo Concílio, contudo, oferece todo um documento que orienta a Igreja, e também as pessoas consagradas, na "leitura e meditação dos divinos textos". Trata-se da Constituição Dogmática *Dei Verbum* (DV) sobre a Revelação Divina. Tomando, portanto, como motivação a admoestação da *Perfectae Caritatis*, voltemos nossa atenção para aquela Constituição, buscando dela haurir inspiração para uma aproximação ao texto bíblico que nos alimente e fortifique em nossa vida no Espírito.

## 2. A constituição dogmática *dei verbum*

### 2.1 *Um pouco da história*

Para as gerações mais recentes, nascidas, crescidas e formadas já no novo horizonte

esboçado no Concílio Vaticano II (1962-1965) e sob as orientações dele emanadas, talvez seja difícil perceber o quanto a *Dei Verbum* significou uma novidade e um avanço gigantesco na relação entre a Igreja e a Escritura<sup>5</sup>. Nesse sentido, parece-nos importante conhecer um pouco da história desse documento.

De fato, esse documento do Concílio teve uma história atribulada. O tema da Revelação foi um dos primeiros a ser estudado pelos Padres Conciliares, mas o projeto de documento<sup>6</sup>, apresentado já no início da Primeira Sessão, em 1962, foi cabalmente rejeitado. Formou-se então nova comissão para elaboração de outro texto, o qual, por sua vez, foi também rejeitado antes mesmo de ser exposto na Segunda Sessão, em 1963. Somente em 1964, na Terceira Sessão, uma terceira proposta de texto foi apresentada e discutida. Após o debate e as devidas modificações, o texto finalmente foi aprovado na Quarta Sessão, com 2.344 votos a favor e apenas 6 contra, sendo promulgado por Paulo VI na penúltima Sessão Pública (18/11/1965), já muito próximo do encerramento do Concílio (08/12/1965)<sup>7</sup>. Percebe-se, portanto, que a elaboração da *Dei Verbum* pra-

<sup>5</sup> Para conhecer o processo de avanços e retrocessos anterior à promulgação da *Dei Verbum*, ver J.A. FITZMYER, *A Bíblia na Igreja*. São Paulo: Loyola, 1997. (Bíblica Loyola, 21), pp. 13-18; J.B. LIBANIO, *op. cit.*, pp. 22-25, 87-93. Vale a pena também uma leitura dos textos do Magistério em DOCUMENTOS SOBRE A BÍBLIA E SUA INTERPRETAÇÃO (1893-1993), Direção editorial e índice analítico de Paulo Bazaglia. São Paulo: Paulus, 2004..

<sup>6</sup> Para conhecer esse texto e as versões trabalhadas ao longo do Concílio, ver U. BETTI *et alii*, *La Costituzione Dogmatica sulla Divina Rivelazione*. Torino / Leumann: Elle Di Ci, 1967 (Magistero Conciliare, 3), pp. 67-131.

<sup>7</sup> Para o relato detalhado da história da *Dei Verbum*, ver B. KLOPPENBURG, *Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes [1965], vol. IV, pp. 93-123, e vol. V, pp. 343-356; L. ALONSO SCHÖKEL *et alii*, *Comentario a la Constitución Dei Verbum sobre la divina revelación*. Madrid: Editorial Católica, 1969. (Biblioteca de los Autores Cristianos, 284), pp. 3-99; U. BETTI, *op. cit.*, pp. 11-68. Para uma cronologia detalhada dos trabalhos, ver C.M. MARTINI, L. PACOMIO (dir.), *I Libri di Dio: introduzione generale alla Sacra Scrittura*. [Torino]: Marietti, [1975], pp. 225-229. Uma apresentação mais breve dessa cronologia, bem como um comentário à *Dei Verbum* que, de certo modo,

ticamente acompanhou e foi marcada pelo desenrolar de todo o Concílio. Percebe-se também que a discussão que sua elaboração suscitou tocava pontos centrais da nossa fé e vida cristãs. Daí a importância de voltarmos uma vez mais a essa Constituição.

## 2.2. Temas e estrutura

Dentre as Constituições do Vaticano II, a *Dei Verbum* é, de longe, a mais breve. Basta comparar os seus 26 números com os das demais Constituições: 69 na *Lumen Gentium*, 93 na *Gaudium es Spes*, 130 na *Sacrosanctum Concilium*. Essa brevidade, contudo, não lhe tira nem mérito nem importância. Ao contrário, a *Dei Verbum* é considerada, de certa forma, como o documento programático do Vaticano II<sup>8</sup>. Em poucas páginas, a Constituição tratou de temas fundamentais da experiência cristã, quais sejam:

I. *A Revelação*: seu caráter e suas etapas históricas, culminando em Cristo, e a resposta humana a ela (nn. 1-6).

II. *A Tradição*: seu papel na transmissão da Revelação na vida da Igreja e sua relação com Escritura e Magistério (nn. 7-10).

III. *A Inspiração*: a verdade da Escritura e a sua interpretação (nn. 11-13).

IV. *O Antigo Testamento*: sua importância para os cristãos e sua relação com o Novo (nn. 14-16).

V. *O Novo Testamento*: sua origem e seu lugar especial nas Escrituras cristãs (nn. 17-20).

VI. *A Igreja e a Escritura*: a relação entre Igreja e a Escritura e as tarefas que daí decorrem (nn. 21-26)<sup>9</sup>.

Como se pode ver nessa breve apresentação, a *Dei Verbum* toca nos fundamentos da fé cristã. Em primeiro lugar, a base de tudo, ou seja, o fato de que Deus pode e quer falar ao ser humano, o qual, por sua vez, é capaz de acolher essa Revelação. Em segundo lugar, trata-se de como essa experiência de comunicação foi e vem sendo recolhida, conservada, transmitida e interpretada na comunidade dos que a acolhe(ra)m: Israel e, posteriormente, a Igreja. É evidente que essas são as pedras de alicerce sobre as quais se constrói toda a vida cristã.

## 2.3. Três características inovadoras na *Dei Verbum*

A *Dei Verbum*, portanto, chama nossa atenção para o que é fundamental na nossa fé, e portanto, para o que é mais “antigo” mais “original”; o faz, contudo, de um modo novo. Vejamos.

Alonso Schökel, em um estudo sobre a *Dei Verbum*<sup>10</sup>, assinala três características que demonstram ter acontecido nela uma mudança muito importante com relação

recolhe e resume os resultados de comentários mais longos, encontra-se em W.O. PIAZZA, *A revelação cristã: na constituição “Dei Verbum”*. São Paulo: Loyola, 1986.

<sup>8</sup> Cf. R. FISICHELLA, *Dei Verbum*. In: L. PACOMIO (ed.): *Lexicon: dicionário teológico enciclopédico*. São Paulo: Loyola, 2003.

<sup>9</sup> Sobre o aspecto da tarefa interpretativa, ver PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A Interpretação da Bíblia na Igreja*. São Paulo: Loyola, 1994. Há uma versão catequético-pastoral do documento: EQUIPE NACIONAL DA DIMENSÃO BÍBLICO-CATEQUÉTICA, *Como nossa Igreja lê a Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1995.

<sup>10</sup> Cf. L. ALONSO SCHÖKEL, *Unidad y composición de la Constitución “Dei Verbum”*. In: L. ALONSO SCHÖKEL *et alii*, *op. cit.*, pp. 125-132 (aqui, pp. 128-132).

aos documentos pontifícios sobre as Escrituras anteriormente promulgados.

A primeira característica seria a que ele chama de "tendência orgânica", ou seja, ao invés de tomar o caminho analítico, no qual se destaca e isola cada um dos vários aspectos de um todo, a *Dei Verbum* reconhece e mantém as relações de tensão entre diversos pólos (p. ex., Tradição e Escritura, obras e palavras, Magistério e povo cristão, etc.). Essa atitude preocupada não em determinar e delimitar, mas em manter relações, ainda que tensas, leva a superar uma atitude muito comum até então no Magistério, marcado pela teologia polêmica e apologética. O documento abre-se, pois, para além das controvérsias oriundas da preocupação, muitas vezes exagerada e monofocal, com as definições.

A segunda característica inovadora seria o "estilo histórico", ou seja, o documento assume a história, com seus dinamismos próprios, como lugar da Revelação. Essa característica está em oposição a uma teologia anterior, cuja linguagem tendia fortemente para o a-histórico. A história, na *Dei Verbum*, é vista como "lugar" em que a Revelação se dá a conhecer. O Concílio abre-se, assim, à mentalidade moderna, na qual o modo histórico de interpretação da realidade tem papel fundamental.

Por fim, a terceira característica seria o "uso da linguagem bíblica". Percebe-se que no texto da *Dei Verbum*, a Bíblia como que mana, sem que se tenha que forçá-la, da

experiência espiritual de intimidade com a Palavra. As citações e referências não são, como acontecia em outros momentos da teologia anterior ao Vaticano II, como que "aplicadas" *a posteriori* sobre um texto previamente escrito sem o recurso à Escritura para dar-lhe então um "fundamento bíblico". Essa familiaridade, intimidade mesma, como o texto bíblico que se percebe na *Dei Verbum* é um excelente exemplo de como a Escritura, levada a sério no seu caráter de Revelação, vivifica o Magistério e a Teologia.

#### 2.4. *Novos tempos*

A *Dei Verbum*, de fato, revolucionou o modo como a Igreja vinha relacionando-se com a Escritura. A Bíblia passou a voltar às mãos dos fiéis<sup>11</sup>. O simples fato de que o Documento deva afirmar isso demonstra, por contraste, o quanto não acontecia. Ainda que hoje isso nos pareça quase absurdo, quantas pessoas consagradas da geração pré-Conciliar, sem falar, é claro, dos fiéis leigos, podem, ainda em nossos dias, relatar como era reduzido o seu contato pessoal e direto com o texto da Escritura<sup>12</sup>. O mais comum era a apresentação dos principais textos narrativos nas famosas "Histórias Sagradas", usadas na catequese e na formação religiosa.

Com a abertura promovida pelo Concílio, começaram, aos poucos, a nascer e a proliferar, nas paróquias e comunidades, os círculos bíblicos, os cursos de leitura bíblica, os projetos de formação bíblica, e

<sup>11</sup> "É preciso que o acesso à Sagrada Escritura seja amplamente aberto aos fiéis" (*DV*, 22).

<sup>12</sup> Para uma breve apresentação do processo de afastamento entre os fiéis e a Escritura, iniciado a partir de finais do séc XII e que, com maior ou menor intensidade, persistiu até os inícios dos séc. XX, ver C.M. MARTINI, *A Sagrada Escritura, alimento e norma da pregação e da religião* (cap. VI da *Dei Verbum*). In: S. LYONNET *et alii*, *A Bíblia na Igreja depois da "Dei Verbum"*: estudos sobre a constituição conciliar. São Paulo: Paulinas, 1971 (especialmente pp. 174-183).

o uso na Bíblia na catequese<sup>13</sup>. E nesse processo não foram poucos as pessoas consagradas que não somente participaram, mas, muitas vezes, foram as que puseram o processo em andamento e o catalizaram.

Apresentar a história de como esse reapropriar-se da Palavra aconteceu na Vida Religiosa no Brasil<sup>14</sup> extrapolaria os limites deste texto. Por isso, destacamos um ponto alto no contato com a palavra de Deus na Vida Religiosa mais recente, o projeto da CRB “Tua Palavra é Vida”, o qual publicou, de 1990 a 2000, subsídios em forma de livro para o estudo, a leitura, a oração e a partilha da Palavra nas comunidades consagradas. Diz a apresentação da coleção: “Após vinte ou trinta anos de fortes mudanças e de novos aprendizados, estamos sentindo a necessidade de um alimento mais sólido, mais nutritivo. É como se o Senhor, no meio-dia de nossa caminhada, viesse ao nosso encontro e, oferecendo-nos sua Palavra, nos dissesse: ‘Levanta-te e come’(...)”<sup>15</sup>

Voltando, pois, ao nosso foco de interesse, procuremos ver como a *Dei Verbum*, que esteve na origem deste movimento, pode continuar sendo fonte de inspiração nessa busca de “alimento mais sólido, mais nutritivo” no nosso modo de seguirmos o Caminho do Evangelho.

### 3. A *Dei Verbum* e as pessoas consagradas

Nos seus parágrafos finais, ao tratar do lugar e importância da Escritura na vida da

Igreja, a *Dei Verbum* assim se expressa:

Exorta igualmente o Santo Sínodo a todos os fiéis cristãos, **principalmente aos Religiosos**, com veemência e de modo peculiar a que, pela **frequente leitura das divinas Escrituras**, aprendam “a eminente ciência de Jesus Cristo” (Fl 3,8). Porquanto, “ignorar as Escrituras é ignorar Cristo”. **Acheguem-se, pois, de boa mente ao próprio texto sagrado**, quer pela Sagrada Liturgia repleta da palavra de Deus, quer pela piedosa leitura, quer por cursos apropriados e outros meios que, com a aprovação e empenho dos Pastores da Igreja, hoje em dia louvavelmente se difundem por toda parte. Lembrem-se, porém, que **a leitura da Sagrada Escritura deve ser acompanhada pela oração** a fim de que se estabeleça o colóquio entre Deus e o homem; pois “a Ele falamos quando rezamos; a Ele ouvimos quando lemos os divinos oráculos” (DV, 25, grifos nossos).

E ainda, no seu penúltimo parágrafo: Assim, pois, que pela leitura e o estudo dos Livros Sagrados “seja difundida e glorificada a palavra de Deus” (2Ts 3,1) e que o tesouro da Revelação confiado à Igreja cada vez mais encha os corações dos homens. Assim como a vida da Igreja se desenvolve pela assídua participação no mistério eucarístico, assim **é lícito esperar um novo impulso de vida espiritual de uma acrescida veneração pela palavra de Deus (...)** (DV, 26, grifo nosso).

<sup>13</sup> “Da mesma palavra da Sagrada Escritura também se nutre salutarmente e santamente fortalece o ministério da palavra, a saber, a pregação pastoral, a catequese e toda a instrução cristã, na qual deve ter lugar de destaque a homilia litúrgica” (DV, 24).

<sup>14</sup> Cf. uma brevíssima exposição em J.B. LIBANIO, *op. cit.*, p. 93.

<sup>15</sup> A LEITURA ORANTE DA BÍBLIA. São Paulo: Loyola / Publicações CRB, 1990 (Tua Palavra é Vida, 1), p. 5.

O Documento, portanto, conclui com o convite veemente a que todo fiel cristão, e, portanto, também nós, pessoas consagradas, nos acheguemos “de boa mente [libenter] ao próprio texto sagrado”. Quais, porém, seriam as pistas mais importantes que a própria *Dei Verbum* aponta a nós para que possamos nos chegar à Bíblia “de boa mente”, e assim possamos corresponder à legítima expectativa do Concílio de que esse chegar-se a ela produza em nós “um novo impulso de vida espiritual”?

Partindo, pois, do convite no final do Documento, iremos respigar alguns aspectos que nos parecem fundamentais na compreensão que o Concílio apresenta sobre a Revelação, a Escritura, a Tradição, o Magistério, e como essa compreensão afeta, orienta e ilumina a nossa relação com a Palavra que queremos seja o alimento de nossa vida no Espírito.

### 3.1. A compreensão do que seja a revelação

*Aprouve a Deus, em sua bondade e sabedoria, revelar-Se a Si mesmo e tornar conhecido o mistério de Sua vontade (...), pelo qual os homens, por intermédio do Cristo, Verbo feito carne, e no Espírito Santo, têm acesso ao Pai e se tornam participantes da natureza divina (...). [Deus] com eles se entretém (...) para os convidar à comunhão consigo e nela os recebe. (DV, 2, grifos nossos).*

Um avanço importantíssimo realizado pela *Dei Verbum* foi a sua compreensão da Revelação, ao afirmar que Deus não nos revela algo, mas sim *Alguém*, ou seja, revela-nos quem Ele é e qual a Sua vontade.

A Revelação, portanto, não é entendida e apresentada como um compêndio de verdades a serem aceitas e assimiladas, mas, inifinitamente mais do que isso, como uma questão de conhecimento no sentido mais profundo e bíblico da palavra, ou seja, de relação existencial e íntima com Alguém que se dá a conhecer.

A concepção de Revelação apresentada pela *Dei Verbum*, portanto, é ponto de partida para uma nova compreensão da nossa relação mesma com Deus. O “conteúdo” da Revelação é o próprio Deus na sua vida de comunhão entre Pai e Filho do Amor que é o Espírito. Nós, criados à Sua imagem e semelhança, somos, em consequência, chamados a tomar parte nessa vida de comunhão divino-trinitária, pois Deus nos convida “à participação de Sua intimidade” (DV, 2). O conteúdo, portanto, da Revelação é o Mistério mesmo da vida “interior” de Deus, que Se autocomunica a nós, revelando-nos o mais íntimo de Sua vida, ou seja, o Pai mostra-nos no Filho Jesus, seu Rosto (Jo 14,9) e nos chama à comunhão que é vivida na força do Espírito, que nos recorda e faz viver em nós tudo o que o Filho nos revelou (cf. Jo 14,26; 16,13 cf. também DV 17). Esse é o escopo, portanto, da Revelação: possibilitar que nós, criaturas amadas de Deus, possamos entrar a viver na comunhão trinitária, a vida plena!

Contribuição para nossa vida no Espírito:

Ora, essa compreensão da Revelação é fundamental para a compreensão e a vivência da nossa vida cristã no Espírito. Esta não é outra coisa que a acolhida desse Dom que Deus faz de Si mesmo a nós, dessa Revelação que Deus faz de Si, e que, ao ser feita, acaba por definir também a nossa própria identidade com relação a Ele e com relação a toda a Criação.

E ainda mais, o fato de que na Revelação Deus apresentar-se a nós como Deus-Comunhão/Comunidade afeta diretamente outro aspecto da nossa vida espiritual. Se somos criados à imagem desse Deus, então nossa vida humana é, fundamentalmente, e só pode ser vivida, em comunhão. Esse aspecto da identidade mesma de Deus impressa em nós, portanto, determina nossa vida espiritual, pois esta ou é vivida na comunhão, ou não é vida no Espírito. Essa dimensão "original" em nós, portanto, torna-se critério para avaliarmos quanto nossa vida espiritual de fato é vida do Deus-Comunidade em nós ou não. Uma vida espiritual que leva ao isolamento, ou à desatenção ou mesmo desprezo à vida de comunhão entre nós, não é, na verdade, vida espiritual, mas outra coisa. Afinal de contas, cada um de nós é também "carta de Cristo (...)" escrita não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo, não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, nos corações" (2Cor 3,3), ou seja, a vida de cada pessoa é lugar em que Deus fala aos demais.

Um terceiro aspecto a ser levado em conta, é que, sendo Deus Comunhão, Sua Palavra, que foi e é experimentada, acolhida, conservada e transmitida numa comunidade, só pode ser realmente compreendida na e a partir da comunidade. A leitura e a meditação pessoal e individual da Palavra deve sempre nascer e desembocar novamente na vida da comunidade. A Escritura é "livro feito em mutirão", como disse, com aguda percepção e sabedoria, C. Mesters<sup>16</sup>. O caráter de "mutirão" da produção continua válido no trabalho

de leitura e interpretação. Mas a isso voltaremos mais adiante.

### 3.2. O modo como Deus fala aos seus filhos e filhas

#### 3.2.1. Conversa de amigos

*Mediante essa Revelação, portanto, o Deus invisível (...), levado por Seu grande amor, fala aos homens como a amigos (DV, 2, grifo nosso).*

Os Padres Conciliares demonstraram grande sensibilidade ao usarem o conceito de amizade como parâmetro para a relação entre Deus e os seres humanos, pois é de uma beleza e riqueza sempre surpreendentes. A Bíblia considera que o primeiro "amigo de Deus" foi Abraão (Is 41,8; Dn 3,35; Tg 2,23). É também como um amigo que YHWH dirige-se a Moisés (Ex 33,11). Na linha dessa mesma experiência de relação de intimidade, confiança e partilha, Jesus, na sua despedida, chama seus discípulos de amigos (Jo 15,15).

Em outro lugar (n. 13), a *Dei Verbum* apresentará, usando uma expressão de S. João Crisóstomo, a "condescendência" (*synkatábasis*) de Deus, ou seja, a "acomodação" que Deus, de "inefável benignidade", sendo "providente e cuidadoso que é de nossa natureza", realiza para poder fazer-se entender por nós. A *Dei Verbum* propõe, nesse parágrafo, breve, mas tão significativo, o paralelo entre a encarnação do Verbo, que assume a vida humana, e a Palavra de Deus, que se "acomoda" à linguagem humana, deixando transparecer aí a

<sup>16</sup> C. MESTERS, *Bíblia: livro feito em mutirão*. São Paulo: Paulinas, 1982.

preocupação de Alguém que se adapta às condições daquele a quem ama para poder estar-lhe próximo.

*Contribuição para nossa vida no Espírito:*

Esse modo de relação entre Deus e a humanidade, assim descrito pela *Dei Verbum*, portanto, marca e define nossa aproximação à Sua Palavra. Esta não é um texto qualquer, mas é como uma carta recebida de um amigo, a qual lemos com carinho, com interesse, com afeto, a qual guardamos com cuidado e releemos uma e outra vez, encontrando sempre de novo motivos para consolação. A aproximação à Palavra deve, portanto, ser marcada também pelo afeto, pois a Escritura é Palavra de um Deus que Se deixa afetar por nós (“levado por Seu grande amor”), e que, por isso, com afeto a pronunciou em nosso favor. É, pois, carregada de afeto que ela chega a nós, esperando que, de nossa parte, haja também uma contrapartida de acolhimento também no afeto.

Assim, pois, como no colóquio com um amigo, na intimidade, na transparência e na confiança, a Palavra pode consolar-nos, interpelar-nos, advertir-nos. Como faz um verdadeiro amigo ao outro, ela também nos admoesta e corrige, ela aconselha e orienta (Pr 27,6.9).

E ainda, quando a nós nos faltam palavras, ela se oferece para suprir essa carência. Nesse sentido podemos entender especialmente a nossa oração com os Salmos, que sendo Palavra de Deus, tornam-se pa-

lavra nossa dirigida ao próprio Deus, renunciando o que Jesus faria com os seus discípulos, ensinando-os a rezar (Mt 6,9-13, Lc 11,2-4).

### 3.2.2. Em obras e palavras

*Este plano de Revelação se concretiza através de acontecimentos e palavras intimamente conexos entre si, de forma que as obras realizadas por Deus na História da Salvação manifestam e corroboram os ensinamentos e as realidades significadas pelas palavras. Estas, por sua vez, proclamam as obras e elucidam o mistério nelas contido (DV,2, grifo nosso).*

Afirma a *Dei Verbum* que a Revelação se dá na íntima conexão entre acontecimentos e palavras<sup>17</sup> (cf. também DV 17). É, pois, no intrincado das relações da história que Deus vai-Se apresentando ao ser humano.

Nesse sentido, podemos identificar-nos com a primeira experiência de Jacó no lugar que ele, após seu sonho com a escada, chamará de Betel: “De fato, YHWH está neste lugar, e eu não o sabia” (Gn 28,16), ou dos discípulos de Emaús: “Não ardia o nosso coração quando ele nos falava pelo caminho, quando nos explicava as Escrituras?” (Lc 24,32). A percepção da presença de Deus no emaranhado dos acontecimentos que vão compondo a história tem lugar, portanto, *a posteriori*. É voltando o olhar para o caminho percorrido, que o ser

<sup>17</sup> A conexão entre fato e palavra é já uma particularidade da língua hebraica, uma vez que o termo *davár* significa tanto “coisa, fato” quanto “palavra”. É bastante comum, na Bíblia Hebraica, a expressão *‘aharê [‘ahár] haddevarím ha-‘elle* “depois desse[s] fato[s]”: Gn 15,1; 22,1.20; 39,7; 40,1; 48,1; Js 24,29; 1Rs 13,33; 17,17; 21,1; Est 2,1; 3,1; 2Cr 32,1. A mesma expressão, mas agora com o sentido de “palavras”, encontra-se em Jó 42,7.

humano percebe as marcas da presença de Deus caminhando com ele<sup>18</sup>.

Essa percepção passa, então, a ser comunicada aos demais, passa a ser narrada, e essa narração torna-se, assim, paradigmática para as gerações futuras: "Amanhã, quando teu filho te perguntar: Que são estes testemunhos e estatutos e normas que YHWH nosso Deus vos ordenou?", dirás: Nós éramos escravos no Egito, mas YHWH..." (Dt 6,20; cf. ainda Dt 26,4-10; Js 24,2-13). A mesma experiência encontramos ainda nos Salmos: "nossos pais nos contaram a obra que realizaste em seus dias" (Sl 44,2); "o que nos contaram nossos pais, não o esconderemos a seus filhos, nós contaremos à geração seguinte" (Sl 78,3-4).

*Contribuição para nossa vida no Espírito:*

Destarte, a Palavra de Deus nos inspira e instiga para que hoje nós também busquemos a presença de Deus em nossa vida e em nossa história, nos fatos que, iluminados pela própria Palavra, tornam-se revelação de Deus a nós. Não podemos ir ao encontro da Palavra deixando de lado o que estamos vivendo, o que nos está acontecendo, nossos sucessos e fracassos, nossas dores e alegrias. É na nossa meditação sobre a Palavra, que esta pode ir-nos ensinando e nos tornando capazes de "ler o texto" que Deus vem escrevendo conosco.

A história, tanto no âmbito pessoal quanto naquele vivido em comunidade, é assim, lugar da Revelação. A Escritura nos oferece chaves de leitura para que possamos reconhecer a passagem, ou melhor, a presença atuante de Deus em nossas vidas. A diversidade de situações vividas pelos que

nos precederam e que foram aos poucos sendo reconhecidas como paradigmáticas, e por isso recolhidas e consignadas por escrito, servem assim como luz que ilumina, questiona, motiva as nossas próprias experiências hoje. E é exatamente isso que a Bíblia quer: ensinar-nos, instigar-nos, desacomodar-nos, consolar-nos, admoestarnos na diversidade das situações humanas (é o que encontramos, por exemplo, ao longo do livro dos Salmos).

Dessa percepção da relação entre realidade e Palavra nasceu o modo de leitura da Palavra tão presente nos círculos bíblicos e grupos de reflexão de nossas comunidades: o fato da vida e a Palavra de Deus iluminando-se e fecundando-se mutuamente, em atenção ao contexto em que a Palavra é lida e partilhada.

### 3.3. Cristo e a revelação

#### 3.3.1 Jesus Palavra de Deus à humanidade

*Jesus Cristo, portanto, Verbo feito carne, enviado como "homem aos homens", "profere as palavras de Deus" (Jo 3,34) e consuma a obra salvífica que o Pai lhe confiou (...) (DV, 4, grifo nosso).*

"Ninguém jamais viu a Deus; o Filho único, que é Deus e está na intimidade do Pai, foi quem o deu a conhecer" (Jo 1,18). O que lemos, ainda em João, no discurso de despedida de Jesus em Jo 14 é exatamente isso: a nova relação que se estabele-

<sup>18</sup> "Recordo os dias de outrora, em todo o teu agir eu medito, refletindo sobre a obra de tuas mãos" (Sl 143,5).

ce entre os discípulos de Jesus e o Pai através da mediação, em e por meio, de Jesus: “Se me conhecestes, conhecereis também o meu Pai. Desde já o conheceis e o tendes visto” (Jo 14,7). E ainda: “Quem me viu, tem visto o Pai” (Jo 14,9). O Pai age por meio do Filho, cujas obras não são dele mesmo, mas são as obras de seu Pai (Jo 14,10), que nele está (Jo 14,11.20) e ao qual o Filho obedece incondicionalmente (Jo 14,31). Por meio do Filho, os discípulos fazem chegar seus pedidos ao Pai (Jo 14,13-14). Quem ouve ao Filho, está ouvindo ao Pai (Jo 14,24).

A vida de Cristo, reconhecida e aprovada pelo Pai no Mistério da morte e ressurreição do Filho amado, ápice e síntese de sua vida de entrega, é, pois, o “lugar” por excelência para o encontro com Deus. Suas palavras e obras (cf. acima, 3.2.2) são o ponto mais alto e mais profundo, a palavra última e definitiva no processo de revelação das disposições de Deus para com a humanidade, revelação essa iniciada havia já muito tempo (cf. Hb 1,1-2).

*Contribuição para nossa vida no Espírito:*

Os evangelhos, portanto, têm direito a um lugar central na nossa vida de oração. É na contemplação constante dos mistérios da vida do Senhor que eles nos apresentam, é na busca pelo seu rosto, que nós vamos sendo “transfigurados” por ele, até podemos dizer com Paulo: “Já não sou mais eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim” (Gl 2,20).

Essa é a orientação fundamental para os discípulos de Jesus, transmitida a eles no momento de sua despedida (Jo 14-17): viver como ele viveu, encaminhando a própria vida para o Pai segundo a orientação do amor. Assim como Jesus amou o Pai e

viveu a Sua vontade, cabe aos discípulos fazer o mesmo com relação a Jesus, pois a palavra-vida de Jesus não é outra coisa que a palavra-vida que ele recebeu do Pai. Para se chegar, pois, ao Pai, o único caminho é permanecer em Jesus, ou seja, viver como Ele sob a orientação do Espírito na prática da atenção amorosa pelos demais. Assim foi o caminho percorrido por “Jesus-caminho” (Jo 14,6). Por isso, a Revelação de Deus em Jesus tem dimensão ético-salvífica: Deus salva-nos revelando-Se e revelando-Se salvando-nos na vida, paixão, morte e ressurreição de Jesus, a quem queremos mais conhecer para amá-lo e segui-lo.

### 3.3.2. *Jesus Palavra definitiva de Deus*

*A economia cristã, pois, como aliança nova e definitiva, jamais passará, e já não há que esperar nenhuma nova revelação pública antes da gloriosa manifestação de Nosso Senhor Jesus Cristo (cf. 1Tm 6,14 e Tito 2,13) (DV, 4, grifo nosso).*

O tema do Cristo único salvador e cume da revelação vem sendo discutido e inclusive posto em xeque em algumas reflexões teológicas mais recentes. Contudo, guardadas as devidas medidas, vivendo como vivemos, num mundo de pluralismo e diálogo, há um amplo espaço para que, com a *Dei Verbum*, possamos acreditar que “o Espírito de verdade aperfeiçoa e completa a revelação e a confirma com o testemunho divino de que Deus está conosco” (DV, 4) ou seja, o labor teológico não pode acomodar-se e simplesmente repetir respostas dirigidas a questões de outros tempos. Se a Igreja sente-se hoje, como talvez nunca

antes, provocada a posicionar-se diante da reação de muitos à sua afirmação de que a revelação acontecida em Jesus Cristo é definitiva e que esse Revelador é o único Salvador (cf. 1Tm 2,4-5), a teologia cristã não pode furtar-se a essa reflexão. Está, pois, bastante presente o desafio e o risco, assumidos por alguns teólogos que se encontram em áreas de fronteira, de esforçar-se para dizer aquilo que é central e basilar na nossa fé de um modo como ainda nunca foi dito.

#### *Contribuição para nossa vida no Espírito:*

Contudo, valha-nos de confirmação e estímulo o que o próprio Jesus, em Jo 16,12-14, diz, ao afirmar ter “muitas outras coisas a dizer”, mas que não o fazia porque os discípulos não estavam em condições de suportá-las. O mesmo Jesus, afirma que os discípulos conhecem também o Espírito verdadeiro: “Vós o conheceis [o Espírito da Verdade], porque ele permanece junto de vós e está em vós.” (Jo 14,17; cf. também vv. 16.26). É esse Espírito, o Consolador, que virá ensinar todas as coisas (*pánta*) e recordará tudo o que Jesus antes havia dito aos discípulos (Jo 14,26). Há, portanto, um “tudo”, mas também algo que falta, que os discípulos não compreendem. Essa diferença só será superada na experiência pós-pascal dos discípulos, a qual, de certo modo, continua em nós até hoje. É somente após a ressurreição, os discípulos recordam-se

das palavras que Jesus dissera, as compreendem e, então, crêem nas Escrituras (cf. Jo 2,22; cf. também DV 19).

É, pois, tarefa de todos nós, em nossa vida espiritual, a busca do conhecimento sempre mais profundo do Senhor, discernindo aquilo que, de fato, é dele, e o que não é. Sem medo da novidade que Ele pode sempre ser em nossas vida, mas também com a prudência de quem sabe não ter a última e definitiva palavra sobre o Senhor. A atitude fundamental é, portanto, a do discernimento, examinando os “espíritos” para ver se são de Deus ou não (1Jo 4,1ss). A palavra aí cumpre sua função, como espada que corta e separa, tornando possível reconhecer e julgar as disposições e intenções do coração (cf. Hb 4,12).

Cabe aqui ainda uma palavra sobre os evangelhos apócrifos, os quais têm, em tempos recentes, recebido um destaque inusitado e até sensacionalista na imprensa, inclusive católica. Ainda que os textos apócrifos sobre Jesus possam oferecer alguma informação de interesse<sup>19</sup>, o fato de não terem sido acolhidos no cânon do Novo Testamento os desqualifica como textos normativos para a fé. A discussão sobre o processo e os critérios para a admissão de um texto no cânon das Escrituras é complexa e extrapola os objetivos e os limites deste texto<sup>20</sup>. Contudo, voltaremos a ele mais adiante, ao tratarmos do papel da Tradição e do Magistério.

<sup>19</sup> Quanto à avaliação dos apócrifos como fontes de informação sobre Jesus, ver: THEISSEN, Gerd / MERZ, Annette, *O Jesus Histórico: um manual*. São Paulo: Loyola, 2002. (Bíblica Loyola, 33). pp. 37-81 (especialmente pp. 39-44).

<sup>20</sup> Cf. ainda DV 11. Algumas reflexões sobre o tema da canonicidade no âmbito da *Dei Verbum*, especialmente dos escritos do Novo Testamento, podem ser encontradas em E. GALBIATI, *Il Nuovo Testamento*. In: U. BETTI *et alii*, op. cit., pp. 404-406; J.A. UBIETA, *Los escritos apostólicos del Nuevo Testamento*. In: L. ALONSO SCHÖKEL *et alii*, op. cit., pp. 656-658.

### 3.4. O papel da fé: a Palavra inspirada e inspiradora

*Ao Deus que se revela **deve-se a "obediência da fé"** (...) pela qual o homem livremente se entrega todo a Deus (DV, 5, grifo nosso).*

A expressão no hebraico bíblico que normalmente traduzimos por "obediência" ou "obedecer" é, na verdade, "dar ouvidos". A obediência da fé, seria, portanto, antes de mais nada, uma atitude de atenção e interesse da parte de quem confia naquele a quem dá ouvidos, e não o simples cumprimento de alguma lei ou regra imposta extrinsecamente com o argumento da autoridade.

De fato, na concepção antropológica da Bíblia, a audição tem um lugar privilegiado. Não é por acaso que a oração por excelência do judaísmo, aquela que apresenta o núcleo da fé judaica, é a proclamação do texto de Dt 6,4, o qual inicia com a exortação a dar ouvidos: "Ouve, Israel!". Esse mandamento é, inclusive, anterior mesmo ao mandamento de amar a Deus (Dt 6,5), precedendo-o e sendo a sua base. Israel só é capaz de amar a Deus porque, tendo ouvido a Sua Palavra, tendo sido por Ele interpelado, conhece a esse Deus e percebe a sua presença atuante em seu meio, em sua própria história, e assim se entrega confiante (= fé) à Sua Orientação (= Torá).

*Contribuição para nossa vida no Espírito:*

A Escritura, portanto, só pode alimentar a nossa vida no Espírito se nós nos aproximamos dela com a atitude de interesse e atenção (dando-lhe ouvidos), confiando nossa vida Àquele que nos criou (foi por meio de Sua Palavra que tudo foi feito, cf.

Jo 1,3) e que nos recria sempre de novo (cf. o poder regenerador da Palavra de Deus em 1Pd 1,23), e aceitando também que Ele nos interpele. O texto bíblico, portanto, só pode ser inspirador se quem se aproximar dele quiser deixar-se tocar por ele, quiser que ele seja verdadeira mediação para o encontro com o Criador e Senhor de tudo e de todos. Assim a Escritura poderá dar-nos esperança e consolação (cf. Rm 15,4), produzindo o efeito esperado (cf. 1Ts 2,13), pois o objetivo da Escritura é levar o ser humano à perfeição (2Tm 3,15s). E a própria Escritura nos adverte quanto a quem ouve a Palavra mas, não se deixa afetar por ela e não a pratica (Tg 1,22-25).

### 3.5. Escritura e tradição

Deus dispôs com suma benignidade que aquelas coisas que revelara para a salvação de todos os povos permanecessem sempre íntegras e **fossem transmitidas a todas as gerações.** (...) E isso foi executado tanto pelos Apóstolos, que na pregação oral, por exemplos e instituições, **transmitiram aquelas coisas que ou receberam das palavras, da convivência e das obras de Cristo ou aprenderam das sugestões do Espírito Santo,** como também por aqueles Apóstolos (...) que, sob inspiração do mesmo Espírito Santo, puseram por escrito a mensagem da salvação (DV, 7, grifos nossos).

*(...) os Apóstolos, transmitindo aquilo que eles próprios receberam, exortam os fiéis a manter as tradições que aprenderam (...), assim a Igreja, em sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gera-*

**ções tudo o que ela é, tudo o que crê** (DV, 8, grifos nossos).

✦ Vivemos numa realidade na qual a Tradição perdeu espaço e importância. Atropelados pelo fluxo e pelo desejo constante de “novidades”, para a maioria de nós (pós-)modernos, o conceito “tradição” sabe a ranço, a fossilização. A Tradição, contudo, bem entendida, é, ao contrário, viva e dinâmica, pois é um movimento que transmite, que trans-põe, que conduz algo para outro espaço/tempo.<sup>21</sup>

A Tradição abarca duas dimensões. A primeira, do conteúdo, refere-se ao conjunto das experiências de Deus que o povo que escreveu a Bíblia foi fazendo e que servirá como que de pano de fundo ou horizonte de interpretação para novas experiências.

A segunda, a do processo, refere-se à tradição enquanto transmissão dessas experiências. Inicialmente, e por longo tempo, essa transmissão fez-se apenas oralmente, “ao redor da fogueira” dos acampamentos dos pastores nômades filhos de Abraão, Sara, Hagar. Lentamente, num processo que durou séculos, essas tradições orais foram sendo postas por escrito, num processo árduo de redações sucessivas, até que o texto chegou à forma definitiva, conservando cristalizada determinada(s) experiência(s) de Deus, as quais se tornam paradigmáticas para o povo que as produziu. Esse é o

processo de elaboração da Escritura, lento, gradual, dinâmico<sup>22</sup>.

A lista (= cânon) dos textos considerados paradigmáticos, inspiradores, e, por isso, inspirados, só foi estabelecida definitivamente, na tradição do Judaísmo, por volta do século II d. C. Na tradição cristã, o processo custou um pouco mais. Somente no séc. IV d. C. encontra-se uma compilação consistente de livros considerados canônicos. Oficialmente, porém, a Igreja Católica definiu a lista de seus livros sagrados somente no Concílio de Trento (séc. XVI), como reação às decisões tomadas pelos Reformadores nesse campo.

*Contribuição para nossa vida no Espírito:*

A relação que a *Dei Verbum* apresenta entre Tradição e Escritura pode inspirar a vida consagrada hoje. Há um nítido paralelo entre essa relação e todo o esforço que a vida consagrada nos últimos anos foi chamada a viver na busca da “fidelidade criativa”. Isso significa reconhecer-se hoje como o elo mais recente de uma cadeia de transmissão (= tradição) pela qual a experiência fundante (a experiência daqueles homens e mulheres que experimentaram compreenderam de modo novo e radical a vontade de Deus em suas vidas) chegou até os nossos dias. Essa compreensão do modo de corresponder à vontade de Deus característica do momento fundacional (= carisma), por um lado, é “antiga”, porque vivida originalmente em outros tempos,

<sup>21</sup> Para uma apresentação da tradição no judaísmo rabínico, de certo modo contemporâneo ao cristianismo nascente, ver K. HRUBY, A noção de tradição conforme o pensamento rabínico. In: S. LYONNET, *op. cit.*, pp. 49-76.

<sup>22</sup> A Escritura nasce no bojo da Tradição, e ambas estão “estritamente unidas”, como o afirma a *Dei Verbum*: “A Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura estão portanto entre si estritamente unidas e comunicantes. Pois promanando ambas da mesma fonte divina, formam de certo modo um só todo e tendem para o mesmo fim” (DV, 9).

às vezes cronologicamente a séculos de distância do nosso hoje. Por outro lado, guarda em si um potencial de “novidade”, é sempre atual, porque experiência de Deus. Daí que a vida consagrada, vivida na vitalidade da tradição, é fiel à experiência originante, mas o é de modo criativo, ou seja, adequado às exigências do hoje.

Se, por um lado, a Escritura convida-nos a permanecermos firmes e a guardar as tradições (2Ts 2,15; 2Tm 3,14), e aí se explicita o aspecto da fidelidade, por outro, ela, com a insistência sobre o HOJE, exige criatividade, sensibilidade aos sinais dos tempos, e inclusive a ousadia de, como Jesus no Sermão da Montanha (Mt 5-7), afirmar: “Eu, porém vos digo...”, e isso com a fundada certeza de que somos assistidos e acompanhados pelo Espírito prometido (Jo 16,13; 1Cor 2,10-12). Assim a vida religiosa será como o escriba que, tendo-se tornado discípulo do Reino dos Céus, é capaz de, como um pai de família, tirar do seu tesouro (= tradição) coisas novas e velhas (cf. Mt 13,52).

Como afirma a própria *Dei Verbum*: “Essa tradição, oriunda dos Apóstolos, progride na Igreja sob a assistência do Espírito Santo” (DV, 8). Há, portanto, um desenvolvimento progressivo da compreensão daquilo que é transmitido pela Tradição, e isso acontece pela contemplação na oração, pelos estudos e ainda pela pregação daqueles que receberam o múnus de conduzir a Igreja (cf. DV, 8). Começamos a deparar-nos, pois, com a tarefa da interpretação.

### 3.6. A interpretação da Escritura

**(...) Deus na Sagrada Escritura falou através de homens e de modo humano (...). A Sagrada Escritura deve ser também lida e interpretada naquele mesmo Espírito em que foi escrita, para apreender com exatidão o sentido dos textos sagrados deve-ser atender com não menor diligência ao conteúdo e à unidade de toda a Escritura, levadas em conta a Tradição viva da Igreja toda e a analogia da fe. (DV, 12, grifos nossos).**

Uma vez estabelecidos os textos “canônicos” no interior do movimento da Tradição, o proceso, contudo, continua, pois os textos necessitam de constante interpretação para que possam continuar falando, inspirando, homens e mulheres de cada “hoje”<sup>23</sup>. A Escritura, então, que, por um lado, representa um estágio de cristalização da Tradição, não pode, portanto, ser lida fora do dinamismo interpretativo realizado pela comunidade de fé que se reconhece naqueles textos.

O Decreto reconhece, sem dificuldades, que a Escritura, ainda que considerada Palavra de Deus, é marcada pelo humano. Assim como o Verbo Eterno assumiu a condição humana em tudo, incluindo-se aí as “imperfeições” inerentes à condição de criatura, também a Palavra se encarna na vida humana, assumindo os limites que esta lhe impõe, especialmente a cultura do povo que a acolheu, cultura essa marcada por deter-

<sup>23</sup> Vale lembrar a importância do “hoje” no processo de atualização da Lei no Deuteronômio (Dt 4,1.39.40; 5,1; 6,2; 7,11; 8,1, etc.). Esse “hoje” encontra-se também no Novo Testamento (Lc 4,21; 13,32s; 19,9; 23,43; Hb 1,5).

minada língua, mentalidade, modos de expressão, concepções da realidade, influências externas, experiências de tal ou tal tipo, contexto histórico, geográfico, etc. Podemos ainda incluir nessa dimensão das “imperfeições” às quais a palavra se “submete” os erros decorrentes do processo de transmissão (cópias de cópias de cópias... nunca exatamente iguais umas às outras) e mesmo o risco do dano irremediável e/ou perda de trechos mais ou menos longos por várias razões (basta que se estude um pouco de crítica textual para que se percebam essas dificuldades).

Se por um lado devemos assumir a Escritura como aquilo que ela é, Palavra de Deus, não podemos nunca esquecer que ela é, também, palavra humana. E como tal, marcada pela história.

*Contribuição para nossa vida no Espírito:*

### 3.7. O serviço do magistério

*(...) O povo santo, unido aos seus Pastores, persevera continuamente na doutrina dos Apóstolos (...) de sorte que os bispos e os fiéis colaboram estreitamente na conservação, exercício e profissão da fé transmitida (...). O ofício de interpretar autenticamente a palavra de Deus escrita ou transmitida foi confiado unicamente ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade se exerce em nome de Jesus Cristo. Tal Magistério, evidentemente, não está acima da palavra de Deus, mas a seu serviço, não ensinando senão o que foi transmitido (...). Fica portanto claro que (...) a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja estão de tal maneira en-*

*treçados e unidos que um não tem consistência sem os outros, (...) e que juntos, cada qual a seu modo, sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas (DV, 10, grifos nossos).*

*Pois todas estas coisas que concernem à maneira de interpretar a Escritura estão sujeitas em última instância ao juízo da Igreja, que exerce o divino mandato e ministério de guardar e interpretar a palavra de Deus (DV, 12, grifo nosso).*

A Igreja reconhece-se aqui como serva da Palavra, tanto no âmbito dos fiéis quanto da Hierarquia. Nenhum de seus membros está isento da tarefa de custodiar e transmitir com fidelidade o que, pela Tradição (escrita ou não), recebeu, pois somente assim a Igreja pode levar a cabo a missão que define a sua razão de ser: anunciar a todos os povos a Boa-Nova (Mt 28,19s).

Ora, na Igreja, Corpo de Cristo, há diferentes serviços e responsabilidades. Cabe à Hierarquia a tarefa de zelar para que o Corpo todo se mantenha unido e fiel à missão recebida. Para tanto, é necessário que esse Corpo ouça constantemente a palavra daquele que é a sua cabeça, e que, ouvindo-a, a pratique.

É, pois, tarefa precípua do Magistério não furtar-se à responsabilidade de transmitir a Palavra com fidelidade, e de fazê-lo em constante esforço de atualização, de modo que ela seja compreensível e compreendida em cada nova geração.

Nesse sentido, é muito importante a afirmação feita pela *Dei Verbum* de que o Magistério não está acima da Palavra, mas a seu serviço. Além disso, esse mesmo n. 10

afirma a conexão estreita entre Tradição, Escritura e Magistério. Essas afirmações colocam balizas claras para o exercício de interpretação realizado pelo Magistério.

*Contribuição para nossa vida no Espírito:*

Entendemos a nossa vida de pessoas consagradas principalmente a partir do modo como escolhemos viver nossa missão de cristãos e cristãs. Queremos levar e oferecer às demais pessoas aquilo que nos foi oferecido e que recebemos como um tesouro precioso: a Boa-Nova do Reinado de Deus. Ora, só poderemos realizar essa missão no modo próprio nosso na medida em que nos compreendermos, também nós, como fiéis servidores da Palavra. Portanto, na linha do que afirma a *Dei Verbum*, sentimo-nos também responsáveis pela transmissão, com fidelidade e criatividade, daquilo que recebemos. Queremos e devemos dar a nossa contribuição não apenas na transmissão, mas também na tarefa da interpretação, da busca de novos sentidos e luzes na Escritura. Essa tarefa não é vetada pelo Documento, o qual insiste na leitura e no estudo da Bíblia (nn. 25 e 26), pois “ignorar as Escrituras é ignorar Cristo”.

O Documento, contudo, reconhece a necessidade de uma instância que acompanhe e oriente esse estudo e interpretação da Escritura, pois ela é, e sempre será, o tesouro precioso da Igreja. Essa é também a missão do Magistério, vivida como verdadeiro e humilde serviço à Palavra, e, portanto, à Igreja. Há, por-

tanto, uma dimensão “externa” à nossa interpretação, que pode nos confrontar, questionar, direcionar. Não de modo diferente se dá na nossa vida no Espírito, para a qual a presença de um outro (acompanhante, mestre, grupo de partilha, comunidade) é fundamental se quisermos progredir e aprofundar a própria experiência com Deus, discernindo a Sua vontade em nossa vida.

### 3.8. A Palavra e a Eucaristia

*A Igreja sempre venerou as divinas Escrituras, da mesma forma como o próprio Corpo do Senhor, já que, principalmente na Sagrada Liturgia, sem cessar toma da mesa tanto da palavra de Deus quanto do Corpo de Cristo o pão da vida, e o distribui aos fiéis. (...) É necessário, portanto, que toda pregação eclesial (... ) seja alimentada e regida pela Sagrada Escritura (DV, 21, grifos nossos).*

A intrínseca conexão entre Palavra e Eucaristia, às quais se deve igual veneração, conforme exposto acima é algo que pode surpreender-nos<sup>24</sup>. Contudo, como faz com o Pão Eucarístico, a Igreja toma e distribui a Palavra. De fato, a Palavra assume, nessa formulação do Documento, um valor sacramental: Palavra e Sacramento vão juntas, realizando a obra da salvação. A Palavra precede o Sacramento, mas este, por

<sup>24</sup> Também no n. 26: “Assim como a vida da Igreja se desenvolve pela assídua participação no mistério eucarístico, assim é lícito esperar um novo impulso de vida espiritual de uma acrescida veneração pela palavra de Deus (...).”

<sup>25</sup> Para uma reflexão mais aprofundada sobre esses aspectos, ver. L. ALONSO SCHÖKEL, *Pañ de vida*. In: L. ALONSO SCHÖKEL *et alii*, *op. cit.*, pp. 678-686.

sua vez, consolida a Palavra, dando-lhe continuidade. Na mesma linha podemos pensar a dimensão da presença do Senhor, que se dá tanto na Palavra quanto no Sacramento<sup>25</sup>. Se o Senhor está presente a nós no Sacramento, está também na Palavra, e age eficazmente através dela.

*Contribuição para nossa vida no Espírito:*

A formulação desse parágrafo da *Dei Verbum* instiga-nos a uma aproximação sempre mais confiante e atenta, cheia de veneração, à Palavra de Deus. É claro que não se trata aqui da veneração à materialidade da Bíblia (ainda que, até certo ponto, possa incluir também essa dimensão), como às vezes pode-se, infelizmente, encontrar em alguns gestos e usos em que o próprio livro parece carregado de um “poder” quase mágico. Trata-se, antes, da atitude de quem se aproxima ao texto bíblico, pela leitura ou escuta, acreditando que é o Senhor que lhe está dirigindo a Palavra, ou seja, que ele se faz presente, vivo e atuante, sempre que sua palavra é proclamada e recebida como aquilo que é, Palavra de Deus (cf. 1Ts 2,13).

A Igreja, Sacramento do Cristo, conserva e transmite essa forma de presença do Senhor, “principalmente na Sagrada Liturgia”. Nossa vida no Espírito será tanto mais plena da presença do Senhor quanto mais litúrgica for, ou seja, nosso contato com a Palavra na comunidade celebrativa é fundamental. Dessa constatação decorre que a atitude de veneração, ou seja, de reconhecimento da presença do Senhor em sua Palavra pede certa disposição e prepa-

ração prévias, tanto da parte de quem vai ouvir a Palavra (através da leitura e reflexão pessoal antes da celebração, p. ex.) quanto da parte de quem a irá proclamar (interiorização da mensagem, exercício da proclamação, p. ex.), de modo que a comunhão/comunicação possa estabelecer-se mais fácil e profundamente. Seria bom que tivéssemos também o mesmo cuidado e atenção quando usamos as Suas Palavras para dirigir-nos ao Pai na recitação dos Salmos na Liturgia da Horas, assumidos como oração nossa. Isso sem esquecer que a Palavra, para ser mais eficaz, pede a contrapartida do silêncio, para que ela possa ecoar por mais tempo em nosso coração e em nossa vida. Somente assim a Palavra pode ser viva e eficaz (Hb 4,12), transformando-se realmente em “pura e perene fonte da vida espiritual”<sup>26</sup>.

#### 4. Conclusão

Tomamos alguns aspectos da Constituição Dogmática *Dei Verbum* que podem inspirar-nos em nosso contato com a Palavra de Deus de modo a que ela se torne sustento para nossa vida no Espírito. Vimos brevemente como esse documento do Concílio Vaticano II apresenta uma compreensão renovada da Revelação, do modo como Deus fala a nós, de como Cristo tem lugar único e central nesse processo. Vimos também como nossa resposta de fé é fundamental tanto no âmbito pessoal quanto no comunitário/eclesial, buscando transmitir e interpretar, com fidelidade criativa, a Palavra. Há, porém, outros aspectos impor-

<sup>26</sup> “E é tão grande o poder e a eficácia que se encerra na palavra de Deus, que ela constitui sustentáculo e vigor para a Igreja, e, para seus filhos, firmeza da fé, alimento da alma, pura e perene fonte da vida espiritual” (DV, 21).

tantes na Constituição Dogmática *Dei Verbum* que não foram aqui apresentados. Convidamos, pois à leitura, reflexão e estudo do próprio texto conciliar. Que esse encontro com a *Dei Verbum* possa animar-nos e auxiliar-nos para o encontro fundamental para a nossa vida de pessoas consagrada, que é aquele com a Palavra de Deus.

É claro, também, que nem tudo pôde ser dito pela *Dei Verbum*. Há aspectos do contato com a Escritura muito importantes para a vida consagrada no Brasil que não foram diretamente tratados pelo Documento. Recordemos a importância da leitura do texto Bíblico na ótica dos pobres e excluídos, ou na ótica da mulher. Ou ainda, o reconhecimento da legitimidade de um terceiro sujeito (além da hierarquia e dos exegetas) na interpretação das Escrituras: os fiéis leigos reunidos em comunidade<sup>27</sup>. São os limites de qualquer texto que leva as marcas do seu contexto histórico de sua composição. Esses aspectos hoje valorizados, contudo, têm suas raízes na renovação impulsionada pela *Dei Verbum*. Sem ela, muito do que hoje se faz

no campo bíblico no Brasil, provavelmente, não teria acontecido<sup>28</sup>.

Como afirma o Cardeal Martini, em recente artigo sobre o Documento<sup>29</sup>, abrem-se ainda hoje, passados 40 anos, muitos campos para pesquisa e estudo dos temas evocados pela *Dei Verbum*. Há uma tarefa que, especialmente, continua: tornar ainda mais forte o primado da Escritura na vida quotidiana dos fiéis, das paróquias e comunidades (e, por que não acrescentarmos, na vida consagrada?). O futuro da *Dei Verbum* está, pois, nas nossas mãos, mas também, e principalmente, afirma com esperança Martini, nas do Espírito que conduziu os Padres Conciliares na sua elaboração e que quer continuar conduzindo-nos para que nos alimentemos da Palavra e, assim assimilando-a, a ela conformemos sempre mais as nossas vidas.

---

O Autor tem Mestrado em Bíblia pelo Bíblico de Roma. É Professor de Sagrada Escritura no ISICES - Belo-Horizonte

Endereço do autor:

Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 - Planalto  
31720-300 - BELO HORIZONTE / MG

**QUESTÕES PARA  
AJUDAR A LEITURA  
INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE**

- 1- Que espaço ocupa a Palavra de Deus na sua vida pessoal e na vida da comunidade?
- 2- Na sua percepção, quais são aspectos da *Dei Verbum* que mais contribuíram para a renovação bíblica e litúrgica da Igreja e da Vida Religiosa?
- 3- Que pode ser feito na sua comunidade para que a Palavra de Deus seja de fato alimento da vida e missão dos Religiosos/as?

---

<sup>27</sup> A esse respeito, ver P. RICHARD, A força da Palavra de Deus no sistema atual de globalização. In: FEDERAÇÃO BÍBLICA CATÓLICA, *A Palavra de Deus: fonte de vida e esperança para o novo milênio*: IV Encontro de Pastoral Bíblica da América Latina e do Caribe. São Paulo: Paulinas, 2000. pp. 12-16.

<sup>28</sup> Cf. J.B. LIBANIO, *op. cit.*, p. 93.

<sup>29</sup> C.M. MARTINI. "La parola di Dio nella Chiesa". *La Civiltà Cattolica*, 156/IV, cad. 3727 (2005) 24-35 (aqui, 35).

# **Gaudium et Spes:** **à origem da renovada missão da igreja**

**PE. BERNARD LESTIENNE, SJ**

A celebração dos quarenta anos da *Gaudium et Spes* (GS) foi uma feliz oportunidade para redescobrir a magnitude deste documento central de Vaticano II e o impacto que teve na vocação e missão da Igreja. A Constituição pastoral foi amplamente celebrada no dia da sua promulgação, na véspera da clausura do Concílio. Mas seu relevo foi, então, em parte absorvido pela grandeza do conjunto do Concílio. Ninguém naquele tempo podia imaginar a profundidade e amplitude do renascer que este documento ia engendrar. É ao longo dos anos, através do diálogo com o mundo e da opção pelos pobres, que aparece cada vez mais a ruptura inovadora instaurada por GS.

Quarenta anos depois, a releitura se faz com olhos novos, e percebemos que para seguir fiel à sua missão evangelizadora, a Igreja deve continuar aberta ao sopro do mesmo Espírito que inspirou o texto. O título mesmo "a Igreja no mundo de hoje", e as primeiras palavras "as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias..." abrem um vasto horizonte e uma motivação renovada para continuar a profunda renovação lançada pela GS. Ela é o maior apelo à transformação lançado pelo Concílio.

Numa perspectiva sócio-pastoral, nos propomos mostrar num primeiro momento a radical novidade da GS – e como era esperada e necessária – com respeito à atitude da Igreja no século 19 e na primeira metade do século 20. Destacaremos os prin-

cipais eixos de texto, e mostraremos como o seu espírito e o seu vigor se desdobraram em outros textos dos papas Paulo VI e João Paulo II, e em novos documentos e obras missionárias no conjunto da AL e no Brasil em particular.

## **Uma Igreja autocentrada**

Compreender a ruptura renovadora que representa GS requer pelo menos um sobrevoar dos discursos e das atitudes pastorais da Igreja num longo período que a antecedeu. Na Europa, a Igreja ficou traumatizada pela revolução francesa (1789), que estabeleceu a República. Esta é laica, e destrói a ordem anterior na qual o clero e em particular a hierarquia se beneficiavam de muitos privilégios. A revolução francesa, organizada contra a nobreza, foi também um levantamento popular anticlerical. Durante a primeira metade do século 19, a atitude da Igreja foi guiada pela vontade de uma restauração monárquica, para restabelecer os seus privilégios.

Fruto da industrialização acelerada, o proletariado urbano crescia rapidamente e se organizava adotando aos poucos as novas ideologias do socialismo. O movimento operário e o sindicalismo se fortaleciam. Nas insurreições populares contra a exploração selvagem nas fábricas, a Igreja se situava em sua quase totalidade do lado da burguesia. Os operários mais conscientes e organizados se tornavam, então, an-

ticlericais, eles também. No século 19, a Igreja perdeu a classe operária. A 'elite' católica (políticos, industriais, intelectuais) se dividiu. No plano econômico, os 'intransigentes' favoráveis ao liberalismo, temperado apenas por algumas obras de caridade, se opunham à minoria dos 'renovadores' que se interessavam à economia social e queriam reformar o liberalismo radical. No plano político, os 'conservadores' (a favor da monarquia) se opunham aos liberais (a favor da República). Estes foram bloqueados e condenados pela Igreja.

E a Igreja se tornou mais monolítica, intransigente. Considerava-se uma sociedade perfeita, uma contra-sociedade, alternativa à sociedade laica, com obras paralelas. Onde houver um hospital ou uma escola públicos, a Igreja fazia um hospital ou uma escola católica. Atuava como sociedade justaposta, distinta e distante da sociedade oficial. Em 1864, o *Syllabus* de Pio IX foi uma longa lista de 80 erros modernos que condenavam o liberalismo em todas as suas formas, e, conseqüentemente, a sociedade moderna. O divorcio com a sociedade moderna em plena evolução era total. Acabando a unificação da Itália, Garibaldi e Vitor Emanuel II se apoderaram dos estados pontifícios e da cidade de Roma. Pio IX não reconheceu a lei que lhe outorgava o livre exercício de chefe da Igreja e se refugiou na Cidade do Vaticano, considerando-se 'o preso do Vaticano'. O Concordato que reconheceu o Vaticano como Estado só será assinado em 1929 por Mussolini. O Concílio de Vaticano I em 1870 proclamou o dogma da infalibilidade do papa, para aumentar sua autoridade, e precisou a doutrina da fé católica frente ao desabrochamento do liberalismo e racio-

nalismo. A Igreja se sentia ameaçada pelos avanços da ciência que questionavam a doutrina tradicional, em particular no campo da Bíblia. Em 1907, na encíclica *Pasceendi*, Pio X condenou de novo radicalmente os 'erros do modernismo'. A ruptura crescia regularmente entre a Igreja e o povo trabalhador, os intelectuais, os cientistas e outros setores da sociedade.

Apesar da abertura à questão social, que consideraremos logo, a crise modernista vai se alastrar até a eleição do Bom Papa João XXIII e a convocação do Concílio. A partir de 1910 e até 1961, todos os futuros padres deviam pronunciar o "Juramento antimodernista". Em 1950, Pio XII publicou a encíclica *Humanae generis*, comparável em intolerância e antimodernismo ao *Syllabus*. Pio XII censurava a 'nova teologia' que tentava entrar em diálogo com a modernidade. O papa condenava o evolucionismo, os movimentos histórico-críticos, a volta às fontes do cristianismo. Sinal do profundo 'aggiornamento' que queria introduzir, João XXIII convidará os teólogos condenados por Pio XII como expertos no Concílio. O padre jesuíta Teilhard de Chardin, famoso paleontólogo, especialista da evolução humana, foi censurado até a sua morte em 1955, e suas obras começaram a ser publicadas só durante o Concílio.

No contexto de auto-encerramento do final do século 19, o pontificado de Leão XIII (1878-1903) trouxe abertura e mudança significativas. O papa escutou as preocupações dos católicos sociais de vários países da Europa. Encarando a grave ruptura entre o proletariado industrial e a Igreja, publicou em 1891 a primeira encíclica social: *Rerum Novarum* (RN) (*Coisas novas*).

A Igreja reconhecia que o mundo estava mudando. Esse documento libertou novas iniciativas práticas e novas reflexões, que iam influenciar a evolução sócio-pastoral da Igreja. Mesmo que chegando tarde, – Marx e Engels publicam o Manifesto do partido comunista em 1848 – a encíclica teve o efeito duma pequena bomba que ia desbloquear uma situação paralisada. Diz-se que em várias paróquias, no final da missa, se rezava mais três Ave Maria para que o ‘papa dos operários’ deixe de ser socialista. E, no Parlamento francês, um deputado socialista levantou a encíclica e gritou: “se a Igreja puser isso em prática, o futuro do socialismo está ameaçado”.

A estrutura do texto é simples. Em algumas frases agudas, com tom profético, Leão XIII descreve o ‘mal social’. Em seguida, crítica o ‘falso remédio’ que é o socialismo, pois nega a religião, recusa a propriedade privada, essencial à natureza humana, e cria falsas relações entre o Estado, a família e os bens. A encíclica indica então três protagonistas para curar o mal social: 1) a Igreja que ensina e atua; 2) o Estado que age em vista do bem comum; e 3) as associações profissionais (dos patrões e dos operários) que devem organizar o campo social. A conclusão é um chamado aos diferentes atores sociais. RN se baseia na teologia tomista, em particular no pressuposto da lei natural. Ela é a inscrição em toda consciência humana da marca de Deus, que chama a fazer o bem, e do conhecimento dos princípios morais universais.

Mais de cem anos depois da sua publicação, a encíclica pode parecer mais ‘principalista’ que descritiva e analítica. Deslanchou, no entanto, importantes evoluções na Igreja. Em muitos países cria-

ram-se círculos operários ou sindicatos católicos. A tentativa de estabelecer sindicatos mistos (patrões e operários juntos) não perdurou. Muitas vezes mais adeptos da negociação do que do confronto e da greve, muitos sindicatos católicos operários adotaram posições firmes e corajosas na defesa dos direitos trabalhistas.

A encíclica *Quadragesimo Anno* (quadragesimo ano) de Pio XI, de 1931, quando a crise econômica mundial jogava na rua milhões de desempregados sem proteção, tem um caráter mais dogmático. Introduziu algumas precisões teóricas importantes sobre o direito de propriedade, as relações entre o capital e o trabalho, a redenção dos proletários, o justo salário e a restauração da ordem social no seu conjunto. De maneira estranha, é só na terceira (e última) parte da carta que o papa analisa (com boa dose de juízos éticos) as “notáveis mudanças desde a encíclica de Leão XIII, em particular sobre as transformações do mundo industrial e do sistema capitalista, as evoluções do socialismo, e o estado dos costumes. A encíclica não teve o mesmo impacto que a RN.

A atuação de jovens operários católicos no seu meio de vida e de trabalho levou à criação da JOC (Juventude Operária Católica) em 1926, e da ACO (Ação Católica Operária) em 1928. Nas décadas seguintes surgiram outros Movimentos de Ação Católica especializados. A Ação Católica introduziu aos poucos uma revolução metodológica, que marcou a metodologia do Concílio e de muitos documentos pós-conciliares, em particular das conferências episcopais. Não nos damos conta até que ponto o método Ver, Julgar e Agir subverteu o enfoque então predominante na Igreja-

ja. Ontem, conforme uma metodologia implícita, não-dita, como se fosse natural, se considerava primeiro os princípios ditados pela autoridade do papa e dos bispos. Os princípios esclareciam a realidade, sem que esta possa questionar esses. Os princípios e as diretrizes mantinham uma "ordem natural", querida por Deus, da qual a Igreja era a intérprete. O processo era de cima para baixo. Partindo da realidade vivida e experimentada pelos operários e militantes cristãos, o método Ver, Julgar e Agir vai buscar instrumentos para a descrição e para a análise da realidade, em função das situações particulares. A análise social, econômica e política, costeia o aprofundamento à luz do Evangelho, da experiência espiritual e (em particular a partir de João XXIII) da própria Doutrina Social da Igreja (DSI). Doravante, o procedimento, inverso do anterior, vai de baixo para cima na análise, e volta ao particular na ação. É claro que tamanha revolução metodológica não se deu em poucos anos, nem foi facilmente aceita. Ninguém tinha o método Ver, Julgar e Agir pronto, como receita alternativa. Ele foi se elaborando e aperfeiçoando aos poucos. Ainda hoje, invocando a grande diversidade dos instrumentos de análise, certos setores da Igreja tentam voltar ao método antigo.

Na década dos anos 50 as tensões iam crescendo na Igreja. A segunda guerra mundial (1939-1945) tinha levantado muitos questionamentos teológicos ou sócio-pastorais na consciência e prática dos cristãos. Já mencionamos a grande desilusão da nova condenação do modernismo pela encíclica *Humanae Generis* (1950). Em 1954, a condenação dos padres operários criou outra crise. Em vários países da Eu-

ropa, numa perspectiva de testemunho evangélico, quase mil padres viviam e trabalhavam em meio popular, partilhando as lutas, dores e esperanças da classe operária. Pio XII ordenou a fim da experiência, que será re-autorizada só em 1965. Nos anos 50 ainda, em vários países, a Ação Católica foi desmembrada, sob a pressão do Vaticano. Os bispos retiraram aos leigos ou leigas o seu mandato. Essa crise teve graves consequências, enfraquecendo ainda mais a presença da Igreja no mundo.

Em 1958, João XXIII foi eleito como papa de transição! Em cinco anos, ia mudar radicalmente os rumos da Igreja, convocando o Concílio universal ecumênico Vaticano II. Foi o papa da abertura, da renovação, do 'aggiornamento', do diálogo. Pela sua simplicidade e bondade foi chamado "o bom papa". Apresentaremos brevemente os principais documentos de João XXIII, Paulo VI e João Paulo II que marcaram a dimensão sócio-pastoral da missão evangelizadora da Igreja.

## A Constituição *Gaudium et Spes*

João XXIII publicou duas importantes encíclicas sociais que marcaram não só a preparação da GS, mas também o espírito de renovação e abertura do Concílio. *Mater et Magistra* (Mãe e Mestra), 1961, foi uma encíclica de curto trânsito. Escrita para os 70 anos da RN, a sua novidade ficou ocultada pela outra carta publicada dois anos mais tarde. Se a exposição dos princípios fundamentais da DSI ainda é clássica, o espírito é novo na análise e no juízo. João XXIII levanta temas ainda não tratados, como o desenvolvimento humano e equilibrado, as relações entre os países ricos e pobres, e a socialização e participação.

*Pacem in Terris* (Paz na Terra), 1963, publicada durante o Concílio, algumas semanas antes da morte do papa, teve um impacto tão grande como a RN em seu tempo. O contexto geopolítico mundial era tenso, de guerra fria e acúmulo das armas nucleares. A construção do muro de Berlim e a crise dos foguetes soviéticos em Cuba ameaçaram a paz mundial. Daí o tema central da encíclica: "sobre a Paz de todos os Povos na base da Verdade, Justiça, Caridade e Liberdade". João XXIII apresenta uma ética política da qual expõe os valores e sua tradução na democracia e nos organismos internacionais, desenvolve uma reflexão de fundo sobre o papel dos Estados, e, pela primeira vez num documento da Igreja, faz a defesa dos direitos humanos. Pela primeira vez também a encíclica, escrita numa linguagem menos eclesiástica, é destinada a todos os homens de boa vontade.

A longa preparação da GS e sua aprovação *in extremis* no final do Concílio ilustram a importância e novidade do documento. Representa uma verdadeira revolução pastoral, bem como o expressa a primeira frase magnífica do texto<sup>1</sup>. Para uma Igreja essencialmente fechada sobre ela mesma não foi nada fácil chegar a acordos sobre pontos que hoje nos parecem tranquilos. O documento, o maior do Concílio, é também o que teve mais impacto dentro e fora da Igreja, e que permitiu grandes evoluções. Atenta aos sinais dos tempos – a história e a vida dos homens se tornam lugares teológicos – a Igreja queria promover o diálogo com todos os homens, de

todas as raças, culturas, filosofias e religiões. O diálogo devia se basear no reconhecimento dos Direitos Humanos. São notáveis o reconhecimento da liberdade religiosa, do laicismo, do ateísmo, e a não condenação explícita do comunismo; dois pontos importantes que alguns bispos recusaram até o fim. Inspirada desde a realidade do primeiro mundo, em particular desde a Europa, a GS representa mais uma abertura aos temas do diálogo e dos direitos humanos do que aos da justiça e da igualdade. Alguns bispos do Terceiro Mundo expressaram ao papa sua preocupação de não ver esses temas tratados na GS. Faltava o tempo para uma nova redação. Paulo VI prometeu que os trataria num documento pós-conciliar. Talvez já estava pensando na encíclica *Populorum Progressio* (o desenvolvimento dos povos).

As questões tratadas por GS nos interessam hoje tanto quanto ontem: são temas gerais como o homem e seu destino; a pessoa e a sociedade diante de Deus; o sentido da atividade dos homens, de todas as suas empresas, de sua história; a Igreja na sua relação com os homens, as sociedades e a marcha da história humana; e problemas mais concretos como a família, a cultura, a vida econômica e social, a comunidade política, a paz, os armamentos, a comunidade das nações. A ampla exposição inicial é um retrato da situação do mundo. Alguns traços podem parecer datados ou envelhecidos. O mundo hoje não é otimista como ainda o era em 1965. A palavra crise, muito comum

<sup>1</sup> "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração".

hoje, não é típica da GS. A novidade foi de começar uma Constituição Pastoral – documento de máxima autoridade – por uma descrição da situação.

## **Nova fecundidade do Ensino Social da Igreja**

A encíclica *Populorum Progressio* (PP), 1967, representa um novo passo, decisivo, na dinâmica de abertura e diálogo lançada pelo Concílio. Foi chamada “a GS para os países em desenvolvimento”. É profética e deslançou muita criatividade na reflexão e ação sobre o novo tema do desenvolvimento. “Hoje, a questão social é uma questão mundial”, “o desenvolvimento é o novo nome da paz”, “o desenvolvimento do homem todo e de todos os homens”: algumas frases ficaram gravadas nas cabeças e nos corações. Com um estilo simples e direto, sem dogmatismo, muitas vezes de forma vigorosa, a PP alarga a DSI às dimensões do planeta. Abre uma reflexão nova sobre as estruturas à raiz do subdesenvolvimento, o justo comércio, o direito de todos os povos ao desenvolvimento, a solidariedade universal entre os países. O impacto foi grande dentro e além da Igreja. Daí surgiram as agências católicas de solidariedade internacional (hoje muitas delas articuladas em rede na CIDSE (Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a Solidariedade)). Muitas escolas ou paróquias de países do ‘Norte’ vão estabelecer uma parceria de mutualidade fraterna com escolas e paróquias de países no Sul. A obra *Fidei Donum* (o dom da fé), dos “sacerdotes sem fronteiras”, criada em 1957, em prioridade para a África, se abre para outros continentes, com a participação de leigos/as, com renovado ardor.

Apesar do espaço limitado, não se pode deixar de mencionar três importantes documentos do papado de Paulo VI, na continuidade da abertura da Igreja ao diálogo e à justiça. Em 1971, pelos 80 anos da RN, o papa publica uma rica e muito nova carta apostólica *Octogesima Adveniens*, que analisa não só as grandes evoluções do mundo (urbanização, mídia, ciências humanas, migrações, estatuto da mulher, crise das ideologias, e outros), mas também as diferentes correntes ideológicas (as várias formas de socialismo, o marxismo e o liberalismo). O papa insiste sobre a responsabilidade política dos cristãos. A principal novidade é a mudança epistemológica. Opera-se uma verdadeira decentração. O papa promove uma análise e visão cristãs da realidade desde as situações locais, diocesanas ou nacionais, desde a base, diríamos, e não primeiro desde cima, desde os princípios gerais. Paulo VI estimula desta maneira a elaboração duma Doutrina Social Cristã pelas conferências episcopais nacionais ou regionais. Esta orientação nem sempre será reconhecida e valorizada por todas as Congregações da Cúria em Roma.

Em 1971, Paulo VI acolheu o documento final preparado pelo sínodo dos bispos sobre a *Justitia in Mundo* (a justiça no mundo). O texto significava uma renovação da opção pela justiça, desde a fé e o Evangelho. Nenhum documento foi tão focalizado sobre as grandes injustiças no mundo e as estruturas que as mantêm. *Justitia in Mundo* vai influenciar o sínodo de 1974 sobre a evangelização, cujas conclusões serão a base da última exortação apostólica de Paulo VI, *Evangelii Nuntiandi* (o anúncio do evangelho), em 1975. Para o papa, a evangelização é uma mensagem

que diz respeito a todos os aspectos da vida, é uma mensagem de libertação integral. Entre as vias privilegiadas de evangelização, Paulo VI destaca o testemunho de vida e a construção do Reino de Justiça.

O documento sobre a Justiça no Mundo, de 1971, terá uma grande influência na preparação e redação do 'Decreto 4' sobre "o Serviço da Fé e a Promoção da Justiça" da 32ª Congregação Geral da Companhia de Jesus, que marcará uma importante renovação (em verdade, uma volta às origens da Ordem) na expressão da sua missão. O Decreto 4 considera "a promoção da justiça como exigência absoluta do serviço da fé", bem como o Sínodo tinha qualificado "o combate pela justiça e a participação na transformação do mundo" de "dimensão constitutiva da pregação do Evangelho".

Depois dos dois Sínodos de 1971 e 1974 e da Exortação Apostólica de Paulo VI, em 1975, quando a saúde do papa se torna mais frágil, setores da Igreja e do Vaticano começam a se articular para não deixar que cresça e se expresse demais a dimensão profética da Evangelização a partir da promoção da justiça e da opção pelos pobres.

A forte personalidade de João Paulo II imprimiu um caráter muito pessoal, e bem menos colegial, ao seu papado. Este foi marcado por uma passagem da atitude sócio-pastoral a partir da análise das realidades locais, em particular a partir do diálogo e da promoção da justiça, a uma nova atitude pastoral marcada por um enfoque teológico neo-tomista e por princípios universais tradicionais da Igreja, seja no campo social, seja no campo da moral individual. Isso representou uma parada na disposição ao diálogo e à luta pela justiça.

A encíclica *Laborem Exercens* (o traba-

lho humano), de 1981, para os 90 anos da RN, se situa mais na continuidade dos textos iniciais da Doutrina Social que na continuidade do Concílio e de *Octogesima Adveniens*. João Paulo II trata mais dos temas da moral laboral tradicional (propriedade privada, salário, emprego, conflito capital-trabalho), que dos levantados dez anos antes pelo seu predecessor. Os apelos de Paulo VI à colegialidade ou ao discernimento não são considerados. O papa desenvolve uma reflexão bíblica, teológica e uma espiritualidade do trabalho.

Em 1987, para celebrar o vigésimo aniversário da *Populorum Progressio*, João Paulo II publicou a encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (a solicitude social). O papa ficava impressionado pelas situações de pobreza e miséria encontradas nas suas viagens. O documento, complexo e difícil de ler, traz uma análise do desenvolvimento marcada pela divisão do mundo em dois blocos. A contribuição nova do papa é a sua visão teológica e moral do desenvolvimento. Introduce o conceito de "estrutura de pecado" como desejo absolutizado de riqueza e poder. É nova também a reflexão aprofundada sobre a solidariedade, que na sensibilidade do papa adquire um sentido próximo da palavra 'caridade'. Tendo uma forte preocupação para com os pobres, João Paulo II prefere a palavra 'solidariedade' à de 'libertação'.

Enquanto preparava a encíclica do centenário, João Paulo II assistiu emocionado às mudanças de regime nos países da Europa central e oriental, que levaram à queda do muro de Berlim (novembro de 1989). Em toda a encíclica *Centesimus Annus* (o centenário), de 1991, a visão do papa está marcada pelas transformações rápidas na Europa. A releitura da *Rerum Novarum* (cap.

I), a compreensão das evoluções do século (cap. II) e a análise do ano 1989 (cap. III) dependem da história recente. A nova encíclica trata longamente do capitalismo e do liberalismo. O papa se mostra mais aberto ao liberalismo que seus predecessores ou que na sua encíclica anterior. Em termos ponderados, sempre mostrando as vantagens e os limites, o papa fala dos méritos da “economia moderna de empresa”, dos benefícios do livre mercado (que não pode ser aplicado a muitos bens coletivos), e do lucro como indicador pertinente (mas não único) do bom funcionamento da empresa. Em resumo, o papa admite um certo capitalismo – a economia de mercado ou economia livre – que facilita a responsabilidade e criatividade, mas não “um sistema onde a liberdade econômica não está enquadrada por um contexto jurídico firme que o coloque ao serviço da liberdade humana integral” (42).

## O alcance da *Gaudium et Spes* na América Latina

A Constituição pastoral *Gaudium et Spes* abriu novos horizontes para a Igreja em todos os continentes. Vimos como *Populorum Progressio* foi um ‘complemento’ para os países pobres, cujos desafios não tinham sido considerados na GS. Os bispos de América Latina foram os principais protagonistas do Sínodo de 1971 sobre a Justiça no Mundo. A declaração final e a exortação *Evangelii Nuntiandi* de Paulo VI alimentaram a renovação da Igreja na região. As conclusões de Medellín (1968) e Puebla (1979) não podem ser entendidas fora das profundas evoluções pastorais que marcaram a vida da Igreja nos anos 60, 70 e 80. Destacam-se em particular o crescimento das Comunidades

Eclesiais de Base, a voz dos profetas e o sangue derramado dos mártires.

Enquanto brotavam muitas novidades pastorais, a Conferência de Medellín marcou uma renovação radical da maneira dos bispos pensarem sua missão no meio dos povos. Até lá, a Igreja era percebida como ligada às elites e aos poderosos na defesa da ordem e da lei. Muitos bispos nem se davam conta de sua posição. As violações dos direitos humanos pelos regimes militares daquelas décadas abriram os olhos dos pastores mais humildes. Os bispos assumiram sua responsabilidade de ter defendido uma situação injusta. Reconheceram-se expostos às contradições e conflitos da história, e admitem que a Evangelização passa por caminhos que não são neutros de denúncia das injustiças e desigualdades. As comunidades foram reconhecidas como uma nova esperança e forma de ser Igreja. A renovação pastoral a partir dos pobres que era de alguns bispos se tornou então uma linha prioritária para muitos.

Dez anos mais tarde, em 1979, a Conferência de Puebla confirmou e acentuou a opção pelos pobres. Evangelizados, eles estavam evangelizando amplos setores da Igreja. Temia-se um recuo respeito a Medellín não aconteceu. Os bispos mais abertos e seus assessores souberam integrar de maneira dialética a proposta mais centrada nos valores, na identidade e na cultura dos que queriam relativizar a dimensão econômica e política da pobreza e da injustiça. Puebla deu rostos concretos aos pobres: índios, negros, crianças, mulheres, desempregados, e muitos outros privados dos seus direitos elementares. A evangelização devia considerar “as alegrias e esperanças... as tristezas e angústias” destes empobrecidos e excluídos.

Puebla olhou com renovada simpatia as expressões culturais dos pobres, entre as quais a religiosidade popular, vendo nelas formas de resistência e de defesa da identidade própria. A confirmação e radicalização das opções de Puebla iam provocar severas formas de oposição ou reação de parte dos setores mais ligados à ordem antiga.

Os pobres invadiram a Igreja e, por eles, ela voltou à sua missão evangelizadora original: ser Igreja dos pobres. Alguns sociólogos da religião consideram que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram o segundo verdadeiro encontro entre a Igreja e o povo, depois da experiência das reduções indígenas nos séculos 16, 17 e 18. As CEBs favoreceram experiências comunitárias autenticamente evangélicas. Nelas se destacam quatro dimensões: 1) a humana de partilha e de solidariedade efetiva; 2) a eclesial da partilha da fé na oração e nas celebrações da vida, a luz da Bíblia; 3) a do conhecimento pelo estudo do funcionamento da sociedade; e 4) a da transformação pelo compromisso nas lutas. A teologia da libertação foi a reflexão sobre Deus, a partir da fé e da espiritualidade dos pobres. Lugares de partilha e participação, as CEBs e as pastorais a elas ligadas, bem diversificadas, foram, em vários países da região, o berço de muitas lideranças populares e políticas.

A abertura da GS ao diálogo e aos direitos humanos se traduziu na América Latina em opções em favor dos pobres e da vida. Dessa opção evangélica radical surgiram, intimamente ligados, os gritos dos profetas, denunciando o velho, anunciando

do o novo, e os testemunhos de entrega e dom total dos mártires. São numerosos, conhecidos ou anônimos. Em cada país celebra-se esses heróis da fé e da vida. Basta mencionar aqui dois nomes – dom Oscar Romero e dom Helder Câmara – testemunhas do Evangelho, muito além da América-Latina.

## No Brasil

Sabe-se do papel importante da CNBB, desde a sua fundação em 1952, na abertura e renovação pastoral da Igreja no Brasil. Alentada pelo espírito de renovação pós-conciliar da GS, da PP, de Medellín e de Puebla, e sentindo-se convocada a defender os direitos humanos pisoteados pela ditadura militar e pelas injustiças, a CNBB elegeu na sua presidência homens corajosos, humildes e de grande relevo evangélico, que souberam construir e manter a unidade num processo de muita renovação e criatividade, favorecendo a participação de todos: bispos, padres, religiosos/as, leigos/as, aberta ao diálogo e à cooperação com todos os setores da sociedade comprometidos com a defesa da vida e o serviço da justiça. Desde 1975, as diretrizes gerais da ação pastoral refletem de maneira profética as opções evangélicas da Igreja no país.

É difícil resumir em poucas linhas a riquíssima presença e atuação da Igreja no campo social no país<sup>2</sup>. As coleções “Documentos da CNBB” e “Estudos da CNBB” ilustram a diversidade e a coragem de muitos pronunciamentos, bem como o interesse para compreender a realidade complexa da

<sup>2</sup> Cf. em particular, Instituto Nacional de Pastoral (org.): *Presença Pública da Igreja no Brasil. Jubileu de ouro da CNBB*; Ed. Paulinas.

sociedade na qual a Igreja se situa e atua. Entre vários documentos, mencionemos apenas três de maior impacto:

- Exigências cristãs de uma ordem política, 1977, publicado nos prelúdios duma distensão política.
- Exigências éticas da ordem democrática, 1989, publicado a partir da intensa participação da Igreja na preparação da Constituição.
- Brasil 500 anos de diálogo e esperança, 2000.

As análises de conjuntura apresentadas regularmente nos encontros da CNBB expressam, elas também, a preocupação de muitos bispos de entender as evoluções da sociedade, para promover uma evangelização encarnada na realidade da vida do povo.

Avaliando os desdobramentos sócio-pastorais da GS nos seus 40 anos, dá uma grande alegria e esperança considerar as muitas iniciativas de evangelização no campo social. Vejamos apenas algumas<sup>3</sup>:

- Criado já em 1961, o Movimento de Educação de Base (MEB) lançou em setores cristãos a formação da consciência crítica usando a pedagogia de participação. Essa metodologia será amplamente utilizada em outros movimentos ou pastorais da Igreja.
- As pastorais sociais representam uma presença viva e ativa da Igreja em setores desfavorecidos bem diversos da

sociedade. Elas trazem dentro da Igreja uma maior atenção e sensibilidades aos sofrimentos e às aspirações do povo<sup>4</sup>. Há de mencionar a participação ativa de muitos membros das pastorais sociais em outras iniciativas sócio-pastorais da CNBB.

- As Campanhas da Fraternidade (CF), difundidas além das comunidades cristãs, despertam a solidariedade com setores sociais mais vulneráveis. Ao tratar de temas sensíveis, com toque profético, favorecem uma ampla participação. Em 1995, a CF foi centrada sobre "fraternidade e os excluídos". Aí nasceu o "grito dos excluídos" que no Brasil se organiza durante a semana e no dia a Pátria (1 a 7 de setembro), e que já existe em 9 outros países de AL.
- As 'Semanas' Sociais Brasileiras (SSBs) oferecem um maior espaço pedagógico e de tempo para organizar dentro da Igreja, e com outros movimentos sociais, momentos de reflexão e mobilização sobre temas centrais da sociedade<sup>5</sup>. As SSBs estão na origem da Campanha Jubileu contra as dívidas (que organizou o plebiscito popular em 2000), que se desdobrou na Campanha contra a ALCA (que organizou um outro plebiscito em 2002). O trabalho comum de vários setores

<sup>3</sup> Cf. *Evangelização e missão profética da Igreja. Novos desafios*. Documentos da CNBB, 80; 92-97.

<sup>4</sup> O livrinho do Setor Pastoral Social da CNBB, de 2001, menciona 11 pastorais sociais: a Pastoral operária; do povo de rua; dos pescadores; dos nômades; da mulher marginalizada; da criança; do menor; da saúde; dos migrantes; da terra; carcerária.

<sup>5</sup> Em 1991, a 1ª Semana Social Brasileira foi sobre "o mundo do trabalho e as novas tecnologias". A 2ª SSB, 1993-1994, teve como tema "Brasil: Alternativas e Protagonistas". A 3ª SSB, 1997-1999, foi centrada sobre "o resgate das dívidas sociais". A atual 4ª SSB, 2004-2006, trata do tema: "Mutirão por um novo Brasil".

da Igreja com outros setores da sociedade civil é uma garantia contra a tentação sempre viva na Igreja do auto-fechamento.

- O "Mutirão Nacional de Superação da Miséria e da Fome", lançado em 2002, e o "Mutirão pela Amazônia", iniciado em 2003, são outras iniciativas que expressam a solicitude duma Igreja que não quer parar de ir ao encontro dos abandonados e excluídos. Desde 1972, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) faz um magnífico trabalho de defesa da identidade e dos direitos dos povos indígenas e de atendimento às suas necessidades.
- Há de mencionar também o importante trabalho da Caritas – seja de ajuda imediata, seja de promoção humana ou ainda de luta pela transformação das estruturas – em muitas dioceses ou paróquias do país. As Comissões Justiça e Paz e as Escolas de fé e política dão uma importante contribuição para ampliar a consciência crítica de muitos cristãos e favorecer a sua participação na vida política do país.

## Manter viva a esperança

Gaudium et Spes, dom maior de Deus à Igreja, marcou o início dum profundo 'aggiornamento' no diálogo com o mundo, em favor da luta pela justiça e da opção pelos pobres. O caminho percorrido foi bem

maior do que se pode perceber desde fora. Para muitos cristãos foi um (re) encontro com o sabor original do Evangelho. Quem caminha ao seu lado sabe das alegrias e esperanças que brotam deste seguimento. Horizontes novos se abrem que convidam a segui-lo mais de perto.

Desde Vaticano II, a Igreja tentou responder aos sinais dos tempos. Houve grandes avanços e dificuldades. Para ser fiel ao Espírito do Concílio, a Igreja há de ler e interpretar os novos sinais dos tempos. Reescrevendo a Gaudium et Spes para hoje, quais seriam os capítulos da segunda parte sobre temas mais específicos? A inclusão dos abandonados semimortos na beira do caminho, a redução da brecha entre ricos e pobres, o acesso de todos e todas aos bens comuns universais, a destruição das armas e o serviço da paz, a construção da economia da solidariedade, a promoção das mulheres, a preservação da vida do planeta são alguns dos maiores desafios dos futuros anos. O exemplo de Cristo e dos seus seguidores mais fieis nos ensinam como manter vivo o espírito de humildade e de serviço que renovou a Igreja nas últimas décadas.

---

Pe. Bernardo LESTIENNE, SJ – CIAS-IBRADES, Brasília – Coordenador da Rede Internacional dos Jesuítas para o Desenvolvimento.

Endereço do autor:

Centro Cultural de Brasília

Caixa Postal 02373 70849-970 Brasília – DF

E-mail: blestienne@ccb.org.br

### QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA

INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE

- 1- Que aspectos da Gaudium et Spes tiveram mais impacto na Igreja e na Sociedade?
- 2- Quais deles são válidos ainda hoje?
- 3- A Gaudium et Spes influenciou o processo de renovação da sua província e ou congregação? De que modo?

# O desafio das mediações

FRANCISCO IVERN, SJ

## Introdução

Sob diversas formas, o fenômeno religioso encontra-se no coração de praticamente todas as culturas. Ao longo dos séculos, a religião tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento dos povos e muitas civilizações têm ficado profundamente marcadas por ela. A história abunda em pessoas e grupos que inspirados pela religião têm exercido uma grande e positiva influência na história da humanidade e servido de exemplo para muitos. Isso é verdade não só do cristianismo, mas também de outras religiões como, por exemplo, o judaísmo, o budismo e o hinduísmo, para não falar do Islam hoje tão presente. Mas também é verdade que a religião institucionalizada, sem excluir o catolicismo, em algumas ocasiões tem exercido uma influência negativa na história dos povos, e tem servido, de fato, de escusa para acobertar muitos abusos e injustiças.

Sem entrar agora nesses excessos, um dos perigos do fenômeno religioso é de exercer às vezes uma influência alienante, isto é, de oferecer as pessoas um refúgio agradável e seguro, mas ao mesmo tempo de desviá-las das suas obrigações de contribuir, mediante a sua vida e atividades, para o seu próprio desenvolvimento integral e para o da sociedade, sobretudo das classes que mais necessitam dessa ajuda.

Muitas das análises e previsões globais de Karl Marx sobre a sociedade não se verificaram. Mas devemos reconhecer que, dentro dos seus exageros, com freqüência as

suas intuições não deixavam de ter a sua parte de verdade. É evidente que afirmar que a religião é o ópio do povo é um grande exagero e esquece o papel positivo que a religião tem desempenhado na história e que antes sublinhávamos. Por outro lado, essa sua afirmação não deixa de ser um grito de alerta para que evitemos o perigo de que a religião exerça sobre nós uma influência alienante: um perigo sempre presente, mesmo na Igreja Católica.

Com uma certa freqüência, membros da Igreja, e não só o povo simples, mas também católicos mais educados, incluindo sacerdotes, religiosas e religiosos, tendem a valorizar mais, e até com uma certa exclusividade, as virtudes que eu chamaria de "redentivas" do que aquelas que poderíamos chamar de "criativas". Isto é, valorizam muito, e com razão, os meios que os ajudam a se purificar e se unir cada vez mais estreitamente com Deus. Às vezes, porém, não valorizam suficientemente os meios que os unem com os homens e os ajudam a se colocar ao seu serviço e ao serviço do mundo criado por Deus, para que esse mundo seja cada vez mais semelhante Àquele que o criou: meios ou virtudes que chamamos de "criativas" por estarem mais diretamente relacionadas com a obra da criação, do que com a obra da Redenção do gênero humano.

Esse discurso nos leva ao campo das "mediações", isto é, não só dos meios que nos ajudam a melhor intuir o mistério de Deus nas nossas vidas e a nos unir com Ele

no espírito, mas também daqueles que nos ajudam a continuar a obra criadora e redentora de Deus e a servir melhor os nossos irmãos e irmãs. São esses últimos que gostaria de sublinhar de um modo especial nessas páginas.

## As divinas mediações

A nossa religião, o cristianismo, como o nome mesmo já indica, tem nos seus fundamentos uma grande “mediação”. Ao chegar a plenitude dos tempos, o mesmo Deus que se tinha já misteriosamente revelado ao criar o mundo, se revela de novo, mas esta vez dum modo mais claro e visível, embora não por isso menos misterioso, através da encarnação do seu Filho em Jesus Cristo, Deus e homem ao mesmo tempo. Jesus, porém, não aparece na história como por encanto, descido do céu, senão que nasce de mulher: Isto é, a sua vez o Filho de Deus, como todos os seres humanos, nos chega “mediado” por uma mulher, sua mãe Maria.

Em outras religiões, Deus também se serve de mediações para se manifestar à humanidade. Não excluimos absolutamente que Deus possa se revelar e que de fato se revele, dum modo direto e sem intermediários aos seres humanos, sobretudo na intimidade da oração. Todos nós temos experimentado no curso das nossas vidas a realidade desse Deus que deseja se comunicar e de fato se comunica de tantos e tão diversos modos. Santo Inácio de Loyola, por exemplo, nos seus Exercícios Espirituais nos fornece critérios que nos permitem discernir essas comunicações divinas e distingui-las de possíveis ilusões, fruto da nossa imaginação, e desse modo intuir ou penetrar um pouco no mistério de Deus nas nossas vidas.

Pelo que sabemos, porém, a Deus como tal, a Deus puro espírito, ninguém ainda viu nem ouviu. Além dos fatos da criação e da redenção em Jesus Cristo, além dessas comunicações no nível pessoal que acabamos de mencionar, no curso da história Deus de algum modo se manifesta e nos permite deduzir a sua presença através de sinais de todo tipo: às vezes através de milagres claros e evidentes; às vezes sob a forma de luzes ou vozes misteriosas que parecem proceder do alto dos céus; ou, como na Bíblia, sob a forma de sarças ardentes ou de brisas suaves: de sinais, isto é, que os sentidos humanos, iluminados pela fé, podem apreciar e interpretar como meios que Deus usa para se comunicar conosco. É essa mesma fé que nos faz descobrir nos sacramentos da Igreja a presença e ação de Deus nas nossas vidas.

Mas deixando de lado essas comunicações pessoais de Deus no interior de cada um de nós, e essas suas manifestações externas, extraordinárias e misteriosas, na nossa vida de cada dia Deus nos governa e se comunica conosco indiretamente, através das pessoas com as quais convivemos e dos acontecimentos ou eventos que essas pessoas com o seu comportamento ou com as suas decisões provocam.

Jesus Cristo deu-nos exemplo disso. Embora Ele se retirasse com freqüência para orar e entrar em comunicação com Deus, seu Pai, na solidão, na sua vida de cada dia Ele deixava que Deus o governasse e convidasse a descobrir a sua vontade, indiretamente, mediante as decisões dos homens do seu tempo e os fatos ou eventos que essas decisões não deixavam de criar. Foi uma decisão do Imperador César Augusto mandando que todos fossem se fazer re-

censear, cada qual em sua própria cidade (Lc 2,1-3), que determinou que ele nascesse em Belém, na Judéia, e assim se cumprissem as Escrituras. Foi a ordem de Herodes de mandar matar todos os meninos de até dois anos de idade que provocou a fuga ao Egito e a volta, não a Belém, senão a Nazaré, na Galiléia, onde passou a maior parte da sua vida (Mt 2,16-23). Não foi Ele que simplesmente escolheu morrer, mas foi Pilatos que o entregou aos judeus para que o matassem (Lc 23,25) e desse modo morresse na cruz, realizando-se assim a vontade do seu Pai.

Vivemos num mundo criado por Deus e no qual geralmente Ele não intervém, nem se manifesta diretamente, mas só o faz servindo-se de "mediações". Às vezes essas mediações podem ser sinais misteriosos e extraordinários que a nossa fé interpreta como manifestações da sua vontade, do seu amor e da sua solicitude para conosco. Como sugeríamos antes, porém, a maioria das vezes, é no meio da vida de cada dia que Deus nos convida a discernir a sua vontade e a viver, com amor e fidelidade, a nossa vocação cristã.

## **As mediações humanas e seculares**

Vivemos num mundo criado por Deus e que se rege pelo seu próprio dinamismo, pelas suas leis, pelas exigências da natureza, mas também pela inteligência e vontade dos homens e das mulheres aos quais ele confiou a obra da sua criação, uma obra de certo modo inacabada. Por isso Ele convida aos seres humanos a continuá-la e, na medida do possível, a aperfeiçoá-la e melhorá-la. Além das mediações que têm a ver diretamente com Deus e as suas relações conosco, há muitas outras, a grande

maioria, que estão como embutidas no mesmo mundo que Ele criou. Todos somos chamados a desenvolver esse potencial, a empregar todos esses meios e colocá-los ao serviço da humanidade, e desse modo realizar a tarefa que nos foi encomendada, tornando o mundo mais acolhedor e a sociedade humana mais justa e fraterna, mais semelhante a Deus.

No mesmo mundo criado por Deus, portanto, surge esse outro mundo construído pelo ser humano: o mundo do progresso científico e da técnica, da economia e da política; o mundo das estruturas e das instituições; um mundo com a sua própria racionalidade e as suas próprias leis e exigências. Esse outro mundo, construído graças à vontade e inteligência do ser humano, no que tem de bom e está em conformidade com os desígnios de Deus, também constitui para nós uma mediação ou conjunto de mediações para relacionar-nos com Deus: mediações que não podemos ignorar e das quais temos que nos servir no desempenho da missão que nos foi confiada.

Geralmente, a nossa formação religiosa nos ajuda a compreender as mediações mais especificamente religiosas, seja no âmbito interno de cada um de nós, seja no mundo que nos rodeia. Às vezes essa mesma formação até que peca por um certo excesso e nos faz ver mediações divinas lá donde não existem, desviando o nosso olhar de outras talvez menos evidentes, mas verdadeiras. Essa falsa ou exagerada religiosidade não é apenas característica do povo simples e pouco educado, mas também marca outras classes sociais supostamente cultas e instruídas, mas relativamente ignorantes do ponto de vista religioso.

Além desses possíveis excessos, a forma-

ção religiosa, tal como é muitas vezes administrada, não somente não nos ajuda a compreender e valorizar as mediações que poderíamos chamar de “seculares”, em oposição às religiosas, mas com uma certa frequência nos impede de servir-nos delas como deveríamos no desempenho da nossa vocação e missão. Quando os nossos esforços para levar adiante as nossas atividades, obras ou projetos encontram obstáculos, aparentemente insuperáveis, com frequência a nossa tendência é refugiar-nos no “religioso” e abandonar-nos, um tanto prematuramente, nas mãos de Deus.

Embora todo cristão esteja sujeito a essas tentações ou perigos, os clérigos, as religiosas e os religiosos consagrados são os mais expostos a eles. Mesmo em ordens religiosas como a Companhia de Jesus, à qual eu pertencço, essa tentação existe e com uma certa frequência caímos nela. Digo “mesmo em ordens como a Companhia de Jesus”, porque é uma ordem apostólica ativa e não pura ou simplesmente contemplativa. O carisma inaciano que a inspira e anima é conhecido como aquele que combina estreita e harmonicamente os meios divinos e humanos no desempenho da missão.

Inácio queria que o jesuíta se abandonasse inteiramente nas mãos de Deus antes de iniciar qualquer atividade, ou antes de tomar qualquer decisão, de modo que pudesse discernir o que fazer com inteira isenção e liberdade. Mas também queria que depois, na realização daquela mesma atividade ou na implementação daquela mesma decisão, empregasse todos os meios humanos ao seu alcance, explorando todo o seu potencial. Só depois de ter feito isso é que o jesuíta podia de novo se abando-

nar nos braços da divina Providência e ficar em paz, qualquer que tivesse sido o resultado dos seus esforços. Esse mesmo carisma e espiritualidade são os que inspiram e animam os Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola e que deveriam inspirar e animar a vida e atividades, não só dos jesuítas, mas de todos aqueles e aquelas que beberam nessa mesma fonte.

Com frequência nos refugiamos no religioso e não empregamos os meios humanos, as “mediações seculares” que as circunstâncias exigem, não por não querer, mas por ignorância, por não saber como empregá-las ou empregá-las corretamente. Muitos religiosos acham que basta a sua dedicação e formação religiosa para responder a todas as exigências ou requisitos dos projetos, obras ou instituições confiadas aos seus cuidados. Também acham, por exemplo, que não se aplicam a eles e ao trabalho que realizam, como diretores de um colégio, de uma universidade, de um centro de espiritualidade ou de qualquer outra obra apostólica, a experiência, as normas e técnicas de gerenciamento elaboradas no mundo secular, acumuladas ao longo dos anos e consideradas necessárias para administrar, do modo mais racional e eficaz possível, os recursos humanos e materiais disponíveis, e desse modo alcançar melhor os objetivos que se pretendem. Esquecem que embora os últimos objetivos das obras ou instituições que dirigem possam ser diversos, e os critérios para gerenciar os recursos, sobretudo humanos, possam também diferir, em função dos seus fins específicos, as diferenças não são tão grandes assim como para ignorar o tesouro de ricas experiências que o mundo secular nos oferece.

Nesse contexto, é importante que tanto a Igreja como instituição, como o clero, os religiosos e as religiosas, abandonem a sua auto-suficiência e se deixem ajudar por aqueles e aquelas que de “mediações seculares” conhecem um pouco mais do que eles. Penso no laicato quando digo isso, já que são os leigos e as leigas que por vocação são chamados a desempenhar a sua missão cristã no mundo secular.

Não se trata só, porém, de empregar os serviços dos leigos simplesmente para resolver problemas técnicos concretos de ordem jurídica, administrativa ou financeira, que num dado momento nos preocupam e não sabemos como podemos resolvê-los. Trata-se sim de estabelecer com esse mundo laical das mediações que chamamos “seculares”, uma relação mais estável e permanente de mútua colaboração, intercâmbio e ajuda. As mentalidades e visões dos que vivem e trabalham nesses dois mundos, um mais explicitamente religioso, outro mais marcado pela sua secularidade e “laicidade”, não só não se opõem, senão que, no que têm de melhor, mutuamente se complementam e necessitam. Depois de tudo as origens desses dois mundos são as mesmas: são divinas.

Aceitar conviver com esse dois mundos e estar dispostos a explorar todo o potencial que a sua inter-relação supõe para melhor desempenhar a nossa missão e ser de maior serviço, apresenta um verdadeiro desafio. É mais fácil refugiar-se apenas num deles e usar o outro apenas quando é absolutamente necessário, evitando assim as tensões, as tentações e os perigos que aquela inter-relação necessariamente comporta. A história, mesmo recente, mostra que com frequência sucumbimos a essas tentações.

## Alguns exemplos

No campo religioso, sobretudo para aqueles que têm passado por toda uma longa formação filosófica e teológica, mas com poucos conhecimentos e experiência no campo das ciências empíricas, sejam sociais, econômicas ou administrativas, nem sempre é fácil passar da teoria à prática, e encarnar em projetos concretos e operacionais os princípios que defendem. Ao dizer isso tenho em mente, por exemplo, a elaboração de planos apostólicos ou pastorais por congregações religiosas ou Igrejas locais, planos bons do ponto de vista teórico, no que toca aos princípios, mas que arriscam de ficar no papel, por faltar-lhes as “mediações”, isto é, a etapa que garante que esses princípios possam se traduzir em práticas ou projetos concretos e a sua aplicação possa ter a desejável continuidade.

Na minha vida religiosa, tive a oportunidade de acompanhar a elaboração de planos apostólicos de muitas das nossas Províncias. Mesmo os planos que eram elaborados tentando empregar princípios hoje vigentes de planejamento estratégico, planejamento por objetivos ou algo parecido, com frequência encontravam uma grande dificuldade para encarnar as suas conclusões ou propostas na realidade, não tanto pela resistência ou falta de cooperação dos que resultariam afetados por elas, senão pela falta de mecanismos ou técnicas adequadas para implementá-las e preparar os interessados para essa implementação. Isso se aplica também a alguns dos planos pastorais de Igrejas locais.

Outra experiência negativa nesse mesmo campo se refere a decretos de Capítulos ou Congregações Gerais de congregações religiosas, ou a cartas circulares dos seus Superiores Gerais, propondo orientações

relativamente genéricas sobre a vida religiosa ou apostólica. Mesmo quando esses documentos chegam ao conhecimento das bases e são lidos – o que nem sempre acontece – o seu impacto sobre a vida e atividades dos indivíduos, das comunidades ou instituições é bastante modesto. Faltou acompanhar as declarações de princípios com sugestões de ações concretas para encarnar essas declarações na vida real das pessoas, dos grupos ou comunidades e das obras apostólicas. Pela falta dessa etapa intermediária entre a teoria e a prática, ou esses documentos ficam nas estantes ou nas gavetas e o seu impacto acaba sendo muito reduzido, ou às vezes são interpretados e aplicados muito diversamente e nem sempre corretamente, segundo as necessidades e os critérios do usuário ou “consumidor”.

Em outros casos tomam-se decisões ou aprovam-se projetos, mas sem se preocupar de designar os responsáveis ou de definir um cronograma para a sua implementação. O resultado são demoras inaceitáveis num mundo de continuas e rápidas mudanças. Às vezes, quando a decisão que foi tomada ou o projeto que foi aprovado são finalmente implementados, já estão desatualizados.

Nesse mesmo contexto, com frequência não há um uso adequado dos modernos meios de comunicação e interação para agilizar a tomada de decisões e o seu “follow-up”. Nos meios religiosos usam-se relativamente pouco técnicas ou métodos de comunicação e consulta hoje bastante comuns no mundo empresarial. Às vezes o custo pelo seu uso é inexistente ou muito baixo. É o caso, por exemplo, do uso da Internet para foros de discussão, para os chamados “chats”, ou até para se comunicar por telefone com qualquer lugar do

mundo em tempo real através do “Skype”. Outras técnicas são mais custosas e representam uma inversão inicial relativamente elevada, como, por exemplo, os equipamentos para videoconferências. Em muitos casos, porém, o uso desses meios evita freqüentes reuniões presenciais, despesas com viagens e que os participantes tenham que se ausentar do seu lugar habitual de trabalho para participar nessas reuniões.

Em outro campo, hoje muitas grandes empresas usam tecnologias e métodos modernos de educação presencial ou à distância para a formação permanente do seu pessoal ou para prepará-lo para a adoção de normas ou práticas que a empresa considera essenciais, senão sempre para a sua sobrevivência, sim para um melhor desempenho das funções confiadas aos seus funcionários ou operários. Também hoje as empresas invertem recursos substanciais para avaliar o seu desempenho e o dos seus funcionários e para identificar os obstáculos que dificultam esse desempenho. Para isso estabelecem-se objetivos e metas bem definidos a serem alcançados dentro de um determinado período.

Pelo contrário, às vezes na Igreja e na vida religiosa se supõe que a boa vontade ou as boas intenções dos seus membros bastam para conseguir os fins que se pretendem. Pelo fato da Igreja e das congregações religiosas não serem empresas de natureza produtiva de bens ou serviços na área econômica, industrial ou comercial, como tantas outras, isso não significa que não haja aspectos e dimensões das suas atividades que não estejam sujeitas às normas e às leis que regem ordinariamente o gerenciamento de todo empreendimento humano.

Mesmo no desenvolvimento de atividades que estão muito relacionadas com a mesma missão religiosa da Igreja e, em par-

ticular, com a missão específica de numerosas congregações religiosas, como são aquelas no campo educativo, há aspectos relativos ao gerenciamento dessas instituições – seja de escolas, colégios ou universidades – e até à tarefa educativa como tal, que poderiam ser melhorados mediante a aplicação de recentes avanços na área administrativa, de novas tecnologias educativas e de modernos métodos de aprendizagem. Não usar essas mediações “seculares” significaria uma falta de fidelidade à missão religiosa e apostólica própria dessas entidades.

## Conclusão

Além das vantagens que podem resultar para a missão religiosa da Igreja e das entidades com ela relacionadas do uso dessas mediações seculares para resolver determinados problemas ou melhorar a qualidade e eficácia dos seus serviços, há outros benefícios mais difíceis de avaliar, mas não por isso menos importantes. Através dessas mediações se estabelece uma estreita relação entre o mundo criado e o mundo “recriado” ou remido por Deus, entre a tarefa redentiva e aquela dedicada a continuar a obra iniciada por Deus ao criar o universo; em uma palavra, entre as virtudes que chamávamos de “criativas” e “redentivas”. Deste modo se evita o perigo de que o religioso se aliene do secular e, por outro lado, de que o secular, ao mesmo tempo que mantém a relativa auto-

nomia que lhe é própria, deixe de se enriquecer e adquirir uma dimensão mais profunda, inspirado e animado pela fé religiosa.

Não pretendemos afirmar que a missão religiosa da Igreja se desenvolva de fato hoje sem ter absolutamente em conta as mediações humanas ou seculares. Uma separação completa entre essas mediações nunca existiu nem existe hoje, nem poderia existir. Mas sim queremos sublinhar a necessidade de uma maior aproximação e dum mais estreito relacionamento entre esses dois mundos que às vezes se desenvolvem ao longo de linhas paralelas, sem aproveitar suficientemente a riqueza específica que cada um deles contém. Essa riqueza tem as suas origens no mesmo Deus que criou o mundo, o confiou aos cuidados do ser humano e, ao remi-lo, mediante a encarnação, paixão e morte do seu próprio Filho, deu a esse mesmo ser humano a possibilidade de levar adiante a Sua obra no respeito dos princípios e valores que o motivaram e inspiraram ao criá-la. Dum maior e mais estreito relacionamento entre esses dois mundos só podem resultar vantagens para ambos.

---

Francisco Ivern, SJ. O autor é Doutor em Ciências Políticas e Sociais (Louvain). Foi Vice Reitor da PUC-Rio, Diretor do Centro Social João XXIII e do IBRADES; Provincial da Província da Brasil Centro Leste da Companhia de Jesus no Brasil. Presidente da Conferência de Provinciais Jesuítas de América Latina.

Endereço do autor:

Centro Cultural

Rua Bambina, 115 Botafogo

22251-050 Rio de Janeiro, RJ

**QUESTÕES PARA  
AJUDAR A LEITURA  
INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE**

- 1- Qual o espaço que as mediações humanas e seculares têm nas deliberações e decisões da sua comunidade?
- 2- Que pode ser feito para potenciar a colaboração e a participação dos leigos e leigas nas atividades e obras dirigidas por Religiosos e Religiosas?

# Índice alfabético por autor

## Convergência, Ano de 2005

Este índice foi feito seguindo este critério: AUTOR. E abrange apenas o ano de 2005.  
O primeiro algarismo o número da revista. O segundo indica a página.

ANDRADE, Aíla L. Pinheiro de - A Teologia na Tenda com Jó .....	386/482
ARRIGHIHI, Angelo - A Vida Consagrada nos cinco continentes À luz do Congresso sobre a Vida Consagrada .....	386/502
BARROS, Paulo César - A eclesiologia do Concílio Vaticano II .....	384/345
BINGEMER, Maria Clara Lucchetti O terrível privilégio da atividade intelectual .....	387/542
BUCKER, Bárbara P., MC - Novo "Pentecostes" para a Vida Religiosa .....	382/254
CARPANEDO, Penha, PDDM A Eucaristia nas comunidades de Vida Consagrada hoje .....	382/206
COMBLIN, José - A Vida Religiosa e o Forum Social Mundial .....	384/356
COMBLIN, José Como viver uma vida consagrada numa sociedade injusta? .....	379/21
DEL-FRADO, José Filho - A complexa relação Formador(a)-Formando(a) na vida religiosa: uma contribuição psicanalítica .....	387/559
DINELLY, Arizete Miranda CSA, Vanildo Pereira SJ e Fernando López SJ "Cavalaria Ligeira" de ontem, equipe itinerante de hoje. ....	380/113
DULLIUS, Ir. Paulo, FSC - Aspectos antropológicos da oração .....	385/409
DWULATKA, Pe. Mário - O planejamento pastoral paroquial: um desafio para a evangelização hoje .....	381/160
GOMES, Pe. Paulo Roberto, MSC - Como celebrar a Eucaristia na América Latina .....	386/464



CRB

Impresso  
Especial

050200140-2/2002 - DR/RJ

CRB

...CORREIOS...

## *Quadro Programático da CRB 2005-2007*

### *Horizontes*

1. Uma espiritualidade evangélica que potencialize para o testemunho da partilha, para a profecia e anúncio missionário, e para acolher as mudanças necessárias, frente aos novos tempos.
2. Vida Consagrada como sinal do Reino de Deus na opção preferencial, audaciosa, solidária e transformadora pelos empobrecidos e excluídos.
3. Afirmação da identidade da Vida Consagrada no seu compromisso e missão com a causa da justiça, da paz, da reconciliação, sendo esperança para a vida do mundo, no seguimento de Jesus.
4. Vida Consagrada como espaço de novas relações, particularmente de gênero, de etnias, de gerações e ecológicas.

### *Prioridades*

1. Avançar na construção de alianças intercongregacionais na formação, missão, projetos comuns, e em parceria com organizações afins.
2. Dinamizar o processo formativo para ser presença profética e testemunha de esperança diante dos desafios da realidade de hoje.
3. Assumir as interpelações das novas gerações em seus dinamismos, exigências e potencialidades.
4. Incentivar a vida fraterna e sororal em comunidade como espaço de testemunho evangélico, na interculturalidade.
5. Cultivar uma mística enraizada na Palavra de Deus como fonte de coragem para responder aos desafios atuais.
6. Resgatar de forma criativa a inserção em meios populares, bem como a missionariedade em regiões carentes, no mundo urbano, *ad gentes* e em realidades emergentes.

### *Realces*

1. Potencializar uma formação humanizante com particular atenção aos desafios atuais e questões de identidade, liderança, poder e relações na Vida Consagrada.
2. Fomentar uma economia solidária e partilha de recursos humanos e materiais, em vista de um testemunho mais efetivo.
3. Buscar a comunhão com a CNBB, a integração com a CLAR e o diálogo com as novas formas de Vida Consagrada.
4. Cultivar a consciência crítica e o discernimento evangélico que tornem a Vida Consagrada capaz de posicionar-se com determinação diante das situações de injustiça na sociedade.
5. Dar prosseguimento ao processo de sensibilização da Vida Consagrada para questões emergentes, de modo particular vindas da juventude e as novas formas de animação vocacional.
6. Ajudar as congregações e institutos em suas análises institucionais, em vista da refundação.